

Editora Prospectiva (Frutal-MG).

Experiências e vivências saídas de Ouro Preto .

Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2013). *Experiências e vivências saídas de Ouro Preto*. Frutal-MG: Editora Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/34>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/qBz>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

OTÁVIO LUIZ MACHADO (ORG.)



EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS SAÍDAS DE OURO PRETO

EDITORA
PROSPECTIVA

2

OTÁVIO LUIZ MACHADO (ORG.)

**EXPERIÊNCIAS E
VIVÊNCIAS SAÍDAS DE
OURO PRETO**

EDITORA PROSPECTIVA

Copyright 2013 by Otávio Luiz Machado

Capa: Editora Prospectiva

Foto de capa: Otávio Luiz Machado

Revisão: Otávio Luiz Machado

Edição: Editora Prospectiva

Machado, Otávio Luiz. Experiências e vivências saídas de Ouro Preto
– Frutal: Prospectiva, 2013.

ISBN: 978-85-67463-40-7

1. Estudantes universitários – Comportamento. 2. Memória Histórica.
3. Educação extracurricular; 4. Moradia Estudantil.
CDU316.6:378.4

Contatos com o autor:

Caixa Postal nº 1, 382000-000 Frutal-MG

E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

Tel: (34) 9668-9575

O trabalho é dedicado a todas
as gerações que estudaram em
Ouro Preto!

SUMÁRIO

Apresentação

Otávio Luiz Machado 08

Serões e Vigílias (parte sobre os episódios dos irmãos Vargas)

Augusto de Lima Junior..... 09

Ouro Preto, Cidade de turismo

Estudantes Redatores da “Nossa Revista”
(Publicação Acadêmica de Ouro Preto)

Aula Inaugural

José Rollemberg Leite..... 25

Discurso de paraninfo de uma turma de engenheirandos

Lucas Lopes 75

Nas trilhas de um geólogo pioneiro

Pedro de Moura 98

Os estudantes e o patrimônio histórico de Ouro Preto

Simone Monteiro Silvestre 133

A minha preocupação com as juventudes ouro-pretanas

Reinaldo do Atlético 137

Ouro Preto jamais vai perder a importância que tem na história do Brasil

Lô Borges 144

O necessário respeito à cidade de Ouro Preto

Mestre Juca 148

A importância do Festival de Inverno de Ouro Preto

Jarbas Juarez 157

GLTA e o Festival de Inverno de Ouro Preto

Maurílio Torres 160

Fundação da República Doce Mistura

Virgínia Rodrigues C. Resende (Vivi, Ex-Aluna fundadora da República Doce Mistura) 162

No meu tempo ... (memórias do Consulado)

Silvio Vilar Guedes 165

Depoimento sobre a República Castelo dos Nobres

Aloysio Sá Freire de Lima 178

Sobre A história da Canaan

Rubens (Rubão) 183

A República Toka e sua origem

Beatrys Soares Cabral Pavani 190

APRESENTAÇÃO

Cada texto ou relato do presente livro representa um esforço coletivo imenso próprio da vida universitária de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

Também vemos nas passagens dos ex-alunos e dos próprios homenageados da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) esse espírito universitário singular, que aqui poderão perceber na intensidade dos textos apresentados, que marca uma época e é fruto de uma construção histórica única, especial, profunda.

Sou uma pessoa extremamente privilegiada e realizada em realizar essa reconstrução histórica, pois a vida em Ouro Preto me marcou profundamente.

As teias das memórias que aqui estão entrelaçadas são parte do patrimônio histórico brasileiro. Espero que o livro possa contribuir para entendermos o espaço rico da cidade de Ouro Preto que tanto interfere na formação profissional e nunca cessa ontem, hoje e sempre.

Otávio Luiz Machado

SERÕES E VIGÍLIAS

[parte sobre o episódio dos irmãos Vargas]¹

Augusto de Lima Junior

No dia 16 de maio de 1896, no interior do Café e Bilhares High-Life, à rua São José, Viriato Vargas e alguns companheiros, tiveram uma altercação com outro estudante, Carlos Prado, aluno da Faculdade de Direito, indo Viriato e Carlos Prado até um começo de luta corporal, logo apartada pelos demais companheiros de ambos os contendores. Dias depois, encontrava-se Viriato Vargas à porta do mesmo Café, quando Carlos Prado passou junto dele -, lançando olhares provocadores e assobiando. Viriato encarando-o disse: - Quem assobia é moleque!... Carlos Prado voltando-se inopinadamente sacou de dentro do paletó um "stick", de fios de aço trançados com uma bola do mesmo metal na ponta e com êle acometeu Viriato, ferindo-o na cabeça com enorme e funda contusão, caindo Viriato por terra desacordado. Acorreram Salomão de

¹ FONTE: Lima Junior, Augusto de. "Serões e Vigílias. (Páginas Avulsas). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

Vasconcelos, Francisco Nunes e Mendes de Oliveira que impediram que Carlos Prado continuasse a espancar Viriato já por terra, e transportaram o ferido para a farmácia Otávio de Brito onde foi medicado. Ouro Preto, lugar pequeno, tomou rapidamente conhecimento do dissídio entre os estudantes, formando-se partidos pró e contra cada um dos grupos de contendores.

A política misturou-se ao caso e o ambiente de irritabilidade recíproca agravou-se pela intrigalhada. Muito jovem ainda, os participantes desse episódio, não tinham eles a experiência necessária para se furtarem às influências maléficas dos que por detrás das cortinas, escorados por posições sociais ou políticas, tem por hábito servirem-se dos desavisados moços para exercerem as suas covardes vinganças.

Foi nessa atmosfera de cochicos e frases irônicas, nos cafés e meios estudantis, que se agravou a tensão entre os moços citados. Alguns dias depois do incidente ocorrido no Café High Life da rua São José, verificou-se a explosão dos ressentimentos acumulados e

seguidamente super-excitados pelos eternos pescadores de águas turvas... À seis horas da tarde do dia seis de junho, de 1896, nas proximidades da Farmacia Catão, próximo da ladeira que vai até a Capela de São José, defrontaram-se os dois grupos de estudantes que andavam em dissídio. Caminhando em direção do Rosário, pela calçada do lado direito, ia Carlos Prado com alguns companheiros, quando pelo mesmo lado, em sentido contrário, se-guiam Viriato Vargas, Fernando Kauffman e Balthazar Patricio do Bem. Cerca de dez passos mais para trás, iam Protasio Vargas, irmão de Viriato, e outros amigos, entre os quais, o de nome Francisco Schmidt.

Moravam os riograndenses no bairro no bairro da Água Limpa, no lugar denominado Campo do Raimundo e era êsse o seu caminho habitual para o centro da cidade. Viriato que se considerava gravemente insultado por Carlos Prado, dias antes, na cena do Café High Life, encarou seu adversário com ar ameaçador, tendo o jovem paulista recuado dois passos fazendo menção que iria sacar uma arma. Ao mesmo tempo teria repetido uma expressão

injuriósa com que já referira o outro no incidente do Café. Sem que houvesse tempo para qualquer intervenção de terceiros, trocaram-se tiros, entre os do grupo de Viriato e do seu antagonista, que caiu por terra ferido de morte. Evadiram-se, “in continenti”, os do grupo de Viriato sendo o infortunado Carlos Prado socorrido inutilmente na Farmacia Catão, morrendo pouco depois. Viriato fugindo, conseguiu chegar até a Farmacia de Otavio de Brito onde se medicou de um ferimento por bala e esteve oculto por mais dois meses, até conseguir evadir-se de Ouro Preto. o fato causou sensação pública como é natural. Organizaram-se bandos armados para caçar e liquidar os estudantes riograndenses, considerados todos responsáveis pelo ato de alguns de seus co-provincianos. Êstes, acudados pelas tremendas ameaças , ocultaram-se uns, conseguindo outros sair de Ouro Preto aproveitando-se da noite, indo tomar o trem em distantes estações, da Central.

Protasio Vargas, foi preso no dia seguinte pela manhã, quando tentava embarcar na estação de Tripui, vizinha de Ouro Preto. Foi

reconhecido, segundo me informa Salomão de Vasconcelos, pelas iniciais P.V. que tinha bordadas no peito de camisa. Passou êle a ser figura central da mais desvairada campanha de ódios que se armou contra um jovem que toda a cidade sabia estar inocente nos sucessos, mas que se tornara um joquete de fôrças tenebrosas. Todos em Ouro Preto conheciam os esforços de Protasio para acalmar os dissídios em que se empenhavam seu irmão Viriato e Carlos Prado. O Govêrno do Estado, envolvido nas paixões desencadeadas tomou posição ostensiva no caso. Aos funerais do inditoso estudante, compareceram o Presidente do Estado, os Secretários, inclusive o Chefe de Polícia, todos se rezevando nas alças do caixão. A congregação da Faculdade de Direito, esteve presente, incorporada. Houve, porém, um professor, o de Filosofia do Direito, que não compareceu. Êsse professor chamava-se Antonio Augusto de Lima, era o Juiz de Direito da Comarca com jurisdição no Cível e no Crime. Essa ausência justificada pela mais elementar noção de decôro de um magistrado, passou a servir de pretexto a agitações

insufladas nos meios acadêmicos da Faculdade de Direito por alguns despeitados por conta de terceiros mais graduados...

O Juiz de Direito de Ouro Preto era um homem incontornável por poderosos ou por quaisquer interesses imediatos ou remotos. Mestre na Faculdade de Direito, suas lições eram consideradas luminosas por quanto as ouviam ou liam nos folhetos onde apareciam taquigrafados pelo jovem Salomão de Vasconcelos, hoje nosso grande historiador.

“Petit pays, petit esprit”, dizem os franceses. O “petit esprit”, fêz nascer a inveja, a inveja o ódio e o ódio a calúnia. Foi desfechada então uma campanha subterrânea contra o Juiz de Direito que se excusara de comparecer ao entêrro da vítima de um crime que êle teria de julgar. Segundo a intriga circulante, a ausencia de meu pai aos funerais de Carlos Prado, era uma prova pública de solidariedade aos acusados, por serem êles riograndenses e meu pai ter sido colega e companheiro de casa de Julio de Castilhos em São Paulo. Ninguém se espante com uma tolice dessas. Mas era necessário desgostar o Juiz de Direito para

obrigá-lo a afastar-se do cargo afim de que mãos menos rijas servissem aos designios de vingança das paixões excitadas. Enquanto prosseguia o inquérito, faziam as autoridades, sob a vigilância severa do Govêrno, todos os esforços para envolver nas malhas do processo o maior número de estudantes riograndenses em Ouro Preto.

Os autos dêsse processo estão intactos no Cartório do antigo escrivão Agostinho dos Santos, e constituem documentos dos mais valiosos para o estudo da formação brasileira. Com todos êsses, não puderam ser atingidos êsses objetivos. A prova foi reduzindo o número de acusados e, afinal a formação da culpa presidida pelo Juiz Municipal Dr. Alfredo Guimarães, tirou as últimas esperanças dos que pretendiam servir-se de um doloroso drama para intuitos políticos nacionais... O único indigitado preso era agora Protasio Vargas. Contra êle se concentravam as forças da vindicta superintendida agora pelo próprio Presidente do Estado, talvez iludido na sua boa fé.

Nenhuma prova foi colhida na formação da

culpa sobre a participação de Protazio Vargas no conflito. Mas como os outros supostos responsáveis haviam fugido e Protasio era o único preso, contra êle se concentraram as atenções daquêles homens que se arvoravam em anjos vingadores da morte de Carlos Prado. Foram pronunciados pelo Juiz Alfredo Guimarães, os indigitados Viriato Vargas, Balthazar Patrício do Bem, Fernando Kauffman, Protasio Vargas, e Francisco Schmidt, e impronunciados dois ou três obscuros e vagamente referidos no processo. O refem Protazio Vargas, único recolhido à Cadeia Pública de Ouro Preto, sofria na prisão os vexames mais atrozes. Seu correspondente, um negociante do bairro de Antonio Dias, providenciara abrigos contra o frio e alimentos que deveriam se fornecidos pelo Hotel Martinelli.

Pois, por pressão de alguns estudantes, o carcereiro por vários dias reteve o colchão e cobertores, fazendo o preso sofrer rigores do inverno ouro pretano. Quanto às refeições enviadas pelo hotel, às dez horas da manhã, sòmente eram entregues ao preso às duas horas

da tarde, remexidas ou poluídas. Levada a reclamação ao Juiz de Direito que era meu pai, e sob cuja jurisdição já se encontrava o preso, teve êle que tomar severas providências junto ao Chefe de Polícia. As cópias dêsses ofícios reclamando contra os vexames ilegais inflingidos ao acusado preso Protasio Vargas, revelam por parte do magistrado, um alto grau de coragem e consciência do cumprimento do dever. Quando em gráu de recurso foram os autos conclusos ao Juiz de Direito, recrudesceram os esforços vingativos para que sob a mais tremenda das pressões, fôsse “in totum”, confirmada a pronúncia dos implicados.

Gastão da Cunha, foi encarregado da missão de fazer sentir ao Juiz de Direito, que o Govêrno do Estado, no intuito de desagrar os melindres de Minas, que diziam feridos no episódio, fazia questão fechada de que se desse aos riograndenses uma “lição em regra”, processando-os a todos. A resposta de meu pai a Gastão da Cunha foi que, como magistrado, não transigia no cumprimento dos seus deveres e que sòmente decidiria de acôrdo com a prova

dos autos. Que não poderia tomar conhecimento de qualquer insinuação, partisse de quem partisse, fôssem quais fôssem as conseqüências. Gastão da Cunha que tinha relações de intimidade com meu pai, ouviu-lhe silenciosamente a resposta dada e justificada com certa veemência. Ao despedir-se disse ao seu amigo Juiz de Direito de Ouro Preto: – “Antonio Augusto! Você tem tôda a razão. Êsses sujeitos (os do govêrno) são uns canalhas, mas eu preciso dêles...”. E saiu. Nêsse momento chegou a Ouro Preto o General Manuel Vargas, pai de dois dos indiciados, que ali fôra ter afim de cuidar da defesa dos seus filhos..

Êsse homem depois de visitar seu filho preso na Cadeia de Ouro Preto, com a alma dolorida ainda pelo emocionante encontro, foi à nossa Casa do Rosario visitar meu pai e agradecer-lhe as providências que haviam sido tomadas para a salvaguarda da vida do seu filho. O General Manuel Vargas, portou-se como um perfeito cavalheiro. Disse a meu pai que fôra a Ouro Preto tratar da defesa dos seus filhos, e que regressava ao Rio Grande confiado

em que, fora das sanções legais em que acaso incorresse, sentia-se seguro de que nenhum mal lhes seria feito. Com tôda a dignidade não pronunciou uma só palavra que importasse em pedido de favor a seus filhos, por parte do magistrado que o recebia. Nenhuma palavra mais trocaram em Ouro Preto o General Manuel Vargas e o Juiz de Direito Augusto de Lima.

Pois logo à saída do General Manuel Vargas de nossa Casa do Rosário, alguém tratou de espalhar pela cidade a notícia de que êsse angustiado pai levara ao Juiz de Direito uma ordem de Julio de Castilhos para despronunciar os rio-grandenses... Dias depois de receber os autos do processo, o Juiz Antonio Augusto de Lima, contra a vontade do Gôverno do Estado, de alguns estudantes e demais interessados, publicou sua sentença. Nêsse despacho, despronunciava Protazio Vargas, o único acusado preso, e confirmava, no mais, a decisão do Juiz Municipal Dr. Alfredo Guimarães.

Êsse ato do Juiz de Direito, fêz explodir a exaltação dos coléricos anjos vingadores.

Alguns estudantes, tentaram, aliás sem êxito, um movimento de protesto coletivo contra o professor Carlos Prado e ainda por cima, despronunciava contra a vontade dêles estudantes um dos acusados por êles... Ficou combinado que na primeira aula a que comparecesse o professor Augusto de Lima, ao subir êle à Cátedra todos os alunos se retirassem da sala e o aguardassem à saída da Faculdade, dando-lhe uma estrepitosa vaia.

Convidaram os estudantes de outras escolas e preparavam-se para o grande dia. No dia aprazado foi meu pai, como de costume, dar a sua aula. Nêsse dia o recinto estava à cunha, aguardando os promotores a hora da desfeita ao mestre. Falhou tudo... Meu pai avisado da ocorrência por estudantes seus amigos, sabendo embora do que se tramava, subiu tranquilamente á Cátedra. Começou dizendo que sabia que lhe estava preparada uma ruidosa e violenta manifestação do desagrado, mas que antes dela, devia como mestre de futuros magistrados, dar-lhes uma lição que lhes seria útil, de como deveria em quaisquer situações, um Juiz cumprir o seu

dever. Explicou os fundamentos da sentença e analisou os acontecimentos com serenidade e elevação. Discorreu sob um silencio absoluto, prendendo a atenção de quantos o ouviam. Os promotores do agravo foram se esgueirando pela porta, à medida que o mestre intrepidamente verberava aquêles ódios indignos do coração da mocidade. Mal concluia as últimas palavras, uma estrepitosa salva de palmas saudou o malsinado Juiz-Professor. Fracassara o desacato que se convertera em apoteose á vítima da sanha manobrada por mãos ocultas. O Juiz de Direito agiu como devia. Procedeu como qualquer homem reto diante da límpida prova dos autos. Êsse processo famoso, desde que o Sr. Getulio Vargas assumiu o poder no Brasil tem sido consultado com freqüência por interessados em encontrar nêle material adequado a retaliações políticas. Mas os que consultam encontram justificada a despronúncia de Protazio Vargas, título de glória para a memória de meu pai, que soube ser um magistrado digno nêsse transe terrível.....

Foram despronunciados, em gráu de recurso, Protazio Vargas, Francisco Faria e um outro. Fernando Kauffman apresentou-se, foi submetido a Juri, um ano depois, sendo absolvido. Nêste processo depuseram sete testemunhas no inquérito, à revelia dos reus, na formação da culpa presente o reu Protazio que fôra preso. Nunca ficou apurado convenientemente qual o tiro que abatera Carlos Prado. Se fôra de Viriato Vargas, Balthazar do Bem ou de Fernando Kauffman. Protazio Vargas, conforme ficou plenamente provado pelo depoimento das testemunhas, a que assistiu o promotor, procurou por todos os meios ao seu alcance evitar que o seu irmão tomasse parte no desfôrço a que o incitavam outros amigos. Sua presença no local do conflito, alias vagamente aludida pelas testemunhas, não tinha relação com o que depois se passou e não era, no conceito das testemunhas, senão um meio de evitar que seu irmão agisse precipitadamente. Vejamos as testemunhas do processo. A 1ª testemunha, a fls. 99, julga que Protásio estivesse no grupo “não tendo, entretanto, o

reconhecido por tê-lo visto repentinamente e confundindo-o como Faria. Havia 4 pessoas no grupo, das quais afirma que três estavam armadas, Viriato, Kauffman e Balthazar do Bem. Não pode afirmar a coparticipação de Protásio”. Poderia algum Juiz basear pronúncia neste depoimento? A 2ª testemunha a fls. 112, “não pode afirmar se Protazio atirou, embora o julgue solidario com seu irmão Viriato, mas não pode afirmar que Protazio era solidário com Viriato para matar Carlos Prado. Não viu Protazio proferir palavra nem fazer gesto que animasse o crime”. A 3ª testemunha a fls. 123, “não ouviu dizer que Protazio agredisse de qualquer modo a Carlos Prado”.

A 4ª testemunha a fls. 132, “tem certeza de haverem atirado Balthazar, Viriato e Kauffman; não viu Protazio no conflito”. A 5ª testemunha ouviu dizer que os criminosos são Viriato, Balthazar e Kauffman e que a princípio ouviu falar na participação de Protazio, mas depois não ouviu mais.

A 5ª testemunha a fls. 150, ouviu falar na participação de Protazio mas não tem certeza se isso é verdade”.

A 7ª testemunha a fls. 154, viu distintamente atirarem Balthazar do Bem, Kauffman e Viriato, e não viu fazê-lo Protasio.

Não viu Protasio praticar qualquer ato de agressão ou animar os agressores a que o praticassem contra Prado. Nenhum Juiz digno dêsse nome seria capaz de manter a pronúncia de um indiciado contra o qual não existia o menor resquício de prova na participação de um delito. Sem dúvida que foi necessária uma grande energia moral por parte do Juiz Augusto de Lima para cumprir a Lei exculpando o inocente.

O tempo passa, as paixões amainam e os documentos escritos ficam para a análise da posteridade. E dêles surgem as sentenças que honram a cultura de um povo e incitam os homens a elevar-se no cumprimento da sua missão e de se colocarem AO LADO DO DEVER E AO LADO DA JUSTIÇA, custe o que custar!

OURO PRETO, CIDADE DE TURISMO²

Estudantes Redatores da “Nossa Revista” (Publicação Acadêmica de Ouro Preto)

Na festa de espirito e cordealidade que foi o jantar em que a turma de primeiro annistas da Escola de minas despediu-se da cidade ao debandar para as ferias, o representante de “Nossa Revista” sugeriu a idéia da fundação entre nós, de uma sociedade que se propuzesse fazer propaganda das possibilidades turisticas de Ouro Preto.

O Brasileiro desconhece o seu paiz. Avesso a grandes aventuras, si viaja vae certamente á Europa , com a necessaria escala pelas redacções dos jornaes cariocas ... Bruges, Weimar, Salamanca, até a porgugeza Guimarães, accendem nos “trotteurs” indigenas o entusiasmo ridiculo dos rastracueros. Si aquellas cidades são incrustações silenciosas do

² Nossa Revista (Publicação Acadêmica de Ouro Preto), ano 1, números 4, 5 e 6, maio, junho e julho de 1929. Foi mantida a grafia original, que foi transcrita por Otávio Luiz Machado.

passado no tumulto dos tempos modernos, Ouro Preto é a testemunha viva do natal da patria brasileira. Enquanto o progresso material num esforço diuturno de renovação, vae apagando das grandes capitães historicas todos os vestigios daquella éra de dominio lusitano, em que sob o latego do despotismo, nascia a consciencia nacional; enquanto no artificialismo dos museus vae-se refugiando o que ficara de antanho - Nossa Senhora do Pilar de Villa Rica permanece estavel e firme. Os seus solares vetustos, as suas egrejas com frontarias magestosas e primores de talha e cunhaes de cantaria do Itacolomi ahi estão sob o azul impassivel do CEO , num desafio mudo ao camartello do tempo e da ignorancia. Em paizes cultos estas reliquias do passado attrahiriam certamente um enxame de excursionistas. No Brasil , porem, com excepção dos caixeiros viajantes, só viaja quem se dispõe a gastar alguns dias em tres ou quatro estações de aguas e jogo. Todavia, quando as condições de riqueza privada da população juntarem-se circumstancias favoraveis de viação, o turismo será francamente praticado em nossa terra. E

um dos centros de mais intensa actividade turistica será a nossa cidadezinha academica, incomparavel no seu clima, cheia de interesse historico e artistico, e onde em cada angulo de rua a legenda surprehende-nos com a emoção, a alma de patriotas. Para que Ouro Preto receba carinho especial de cada brasileiro, basta que a sua mentalidade media lhe permitta a plena consciencia dos deveres civicos ... **“A LIGA DE PROPAGANDA TURISTICA”**, trabalhará pelo seu ideal, como rendendo um tributo de veneração á terra que viu o martyrio de Philippe dos Santos, o drama de Marilia, o sonho libertario dos Inconfidentes.

AULA INAUGURAL

José Rollemberg Leite

Senhor Diretor Geral
Senhores Diretores
Senhores Professôres
Senhores Alunos.

Recebi como uma grande honra, a mim conferida, a decisão da Escola de Minas de convidar-me para proferir a aula inaugural de seus cursos, em 1968.

Sei que não foram os méritos do convidado a razão do convite; decidiram mais uma vez levados pelo lado sentimental. Assim o fizeram em 1944 quando me convidaram para integrar o corpo docente da Escola, como professor de Física e, sem esperar a resposta, indicaram meu nome ao Presidente da República, que fez a nomeação.

Não me foi possível então atender ao chamado de minha Escola para servi-la. Em 1950 aqui me trouxeram os engenheirandos que naquêle ano se formavam, para ser o seu

paraninfo. Em 1960, nôvo chamado da Escola para vir dirigir o recém-criado Instituto de Mineração e Metalurgia. Tive então o prazer de prestar modestos serviços à Escola de Minas, durante um ano.

Agora aqui me trazem para proferir uma aula inaugural que costumam chamar Oração de Sapiência. Uma aula inaugural deve ser sôbre assunto relevante, de interêsse geral. O expositor é um velho engenheiro que passou grande parte de sua vida em cargos de administração e que não teve condições de acompanhar o evoluir da Ciência, e a aplicação dos resultados científicos pela Tecnologia, como desejava, porque o tempo era consumido na solução dos problemas que se lhe apresentavam nos postos que ocupava. Volto aqui como um ex-aluno, a matar saudades na oportunidade do convite que me foi feito. Não é um homem de Ciência, um Mestre da Cátedra ou de Laboratório quem vos vai falar. É o engenheiro da turma de 1935 que, como profissional ou homem público, sempre procurou honrar o diploma que esta Escola lhe conferiu e o juramento que prestou, ao recebê-

lo, de tudo fazer pela grandeza do Brasil. Sêde indulgentes para com êle.

O Brasil e a Energia Nuclear

1 - É do consenso geral que a descoberta da fissão atômica iniciou para a humanidade uma nova era: imensas perspectivas de progresso ou de destruição. Infelizmente a utilização do fenômeno foi feita primeiramente na criação do pior dos engenhos bélicos, a bomba atômica, que experimentada no deserto do Nôvo México a 16.7.45 era, um mês depois, usada em Hiroshima e Nagasaki demonstrando seu poder mortífero. A humanidade, porém, teria que utilizar a energia liberada na fissão, principalmente, para fins pacíficos. Não trabalharam tantos cientistas em tantos países para liberar a energia contida no átomo visando o mal; visavam o aperfeiçoamento da Ciência que seria a base da tecnologia que iria fornecer condições para o progresso e a melhoria de vida da humanidade.

2 - Becquerel, Pierre e Marie Curie na última

década do século passado, descobrindo a radioatividade e os rádio-elementos, despertaram nos físicos e químicos as esperanças de conseguirem artificialmente a transmutação da matéria. Em 1919, Rutherford dirigindo partículas alfa, emitidas por substâncias rádio-ativas naturais, obteve a comprovação de que um núcleo de azoto atingido pela radiação alfa daria lugar à formação de um núcleo de oxigênio e à expulsão de um próton do núcleo; primeiro exemplo de reação nuclear provocada em que o hélio, reagindo sobre o azoto produz oxigênio e hidrogênio. As reações dando pequeno foi este atribuído não só às dimensões dos projéteis como ao fato de que a partícula alfa e o núcleo, estando carregados positivamente, suas cargas se repeliam, exigindo energia cinética suplementar para vencer a repulsão e permitir o choque. No ano seguinte Rutherford constata a existência, no núcleo do neutron, partícula que seria projetada em consequência do bombardeio do núcleo, com partículas alfa. Os neutrons, sem carga-elétrica, projetados sobre o núcleo, não sofrem a repulsão deste. Mas em

1933 o casal Joliot-Curie verifica que certas transmutações não conduzem a núcleos estáveis existentes na natureza, mas a núcleos radiativos que não existem na natureza, que no entanto, emitindo elétrons se transformam em núcleos estáveis. É a radioatividade artificial. O boro, sob a ação dos raios alfa, se transforma em azoto radioativo que no decurso do tempo transformar-se-á em carbono estável. Com a utilização dos neutrons, como projéteis, Enrico Fermi conseguiu grande número de rádio-elementos artificiais. Êste mesmo físico verificou que os neutrons têm mais de provocar a transmutação quando sua velocidade é reduzida à ordem da agitação térmica das moléculas. Esta descoberta é o fundamento do uso dos “moderadores” nos reatores. De logo os físicos procuraram descobrir moderadores; utilizaram a parafina, a água pesada, o grafite e o glucínio sendo a água pesada e o grafite os preferidos. Embora os fenômenos da radioatividade natural e artificial e as transmutações ponham em evidência a liberação da energia da matéria, a quantidade liberada é insignificante num curto período.

Mas estava aberta a perspectiva: restava acelerar essa liberação. Em 1935, Juliot-Curie ao receber o prêmio Nobel de Física podia declarar profeticamente: “Se, voltados para o passado e lançarmos um olhar sobre o progresso feito pela Ciência a uma marcha cada vez mais rápida, estamos autorizados a pensar que os investigadores, destruindo ou construindo os átomos à vontade, conseguirão realizar ações nucleares em cadeias explosivas. Se tais transmutações chegam a propagar-se na matéria podemos conceber a enorme energia utilizável que será liberada”.

3 - Em 1934, Fermi em visita ao Brasil, relata à Academia Brasileira de Ciências seus trabalhos com o urânio obtendo os elementos que chamou transurânicos. Os químicos e físicos, inclusive Irene Curie e Savitch, estudaram esses rádio-elementos artificiais, observando coisas singulares. Na Alemanha, em 1938, o físico Otto Hahn, que vinha trabalhando com Lise Meitner, viu-se privado dessa colaboração, pois a origem judaica de Lise forçou sua saída para a Dinamarca tendo Strassman tomado seu lugar. Hahn e Strassman

encontraram nos transurânicos um corpo que tinha as propriedades químicas do lantano e outro as do bário. Repetida a experiência por outros físicos chegaram à conclusão de que quando um neutron térmico ou rápido penetra no núcleo do urânio pode provocar sua ruptura em dois fragmentos projetados a considerável velocidade e em sentidos inversos. Otto Hahn, por intermédio de Lise Meitner, comunica o fato a Niels Bohr, na Dinamarca. Era a descoberta da fissão atômica . Bohr, que ao receber a comunicação estava de viagem para os Estados Unidos, onde compareceria a um congresso científico, ao comparecer à primeira à primeira sessão do congresso fez a comunicação que causou intensa emoção entre os participantes. Lise Meitner havia calculado que a operação, a que denomina fissão, libertava uma quantidade de energia igual a 200 milhões de eletrovolts, quando a combustão de um átomo de carbono liberta 4 eletrovolts. Estávamos às vésperas da Segunda Grande Guerra.

4 - A partir da divulgação da descoberta

da fissão do átomo de urânio surge o interesse pelo aproveitamento da energia liberada, inclusive para fins bélicos. Einstein adverte Roosevelt sobre a possibilidade de uma bomba atômica construída pelos alemães. Há então intensificação do esforço americano no sentido de obtê-la antes.

5 - Mas o que interessava aos físicos era a utilização da fissão em cadeia controlada o que foi obtido por Fermi e sua equipe na pilha de urânio e grafite montada sob as arquibancadas do estádio da Universidade de Chicago. Estávamos a 2 de dezembro de 1942.

O excepcional acontecimento foi comunicado em código previamente combinado: o navegador italiano acaba de chegar ao novo mundo.

A pilha de Fermi foi o primeiro reator nuclear do mundo. Restava à tecnologia aproveitar o acervo que a ciência lhe punha à disposição e utilizando-o, tornar útil à humanidade a libertação controlada da energia atômica.

6 - Já não havia dúvidas quanto à

possibilidade prática da energia nuclear poder ser utilizada na geração da energia elétrica, construindo-se centrais termo-nucleares. Em dezembro de 1951 foi inaugurado em Idaho o primeiro reator para a produção de energia elétrica, tendo produzido energia capaz de iluminar as dependências da Estação de provas. Custara 2 milhões e setecentos mil dólares enquanto as pesquisas e planejamentos haviam custado 2 milhões e quinhentos mil dólares. Era um “breeder” que produzia mais plutônio do que consumia Urânio-235. É a variedade que polariza as melhores perspectivas da produção de energia atômica pois transforma o U-238 que acompanha o U-235 em Pu que é físsil. Êste seria um reator experimental. Já em fevereiro de 1953 é construído o Oak Ridge um reator homogêneo em que o combustível é dissolvido no moderador, de capacidade de 1000 Kw. É compreensível que nessa fase procurassem utilizar os resultados fornecidos pela Ciência em objetivos militares. Os primeiros reatores visavam a produção de plutônio, explosivo militar; usinas de separação de isótopos, porém forneciam o Urânio 235, único elemento físsil

natural que ocorre na percentagem de 0,7% no Urânio onde o Urânio 238 tem a percentagem 99,3% e o U-234 tracos não considerados. O Plutônio e o Urânio 233, físseis artificiais, são obtidos pela transmutação do Urânio 238 e do Tório que são elementos férteis.

7 - Já em 1951 o presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Gordon Dean previa o surto de reatores industriais. Efetivamente vieram os protótipos, de porte reduzido, destinados ao estudo experimental dos conceitos teóricos. Feitas as experiências, realizadas as modificações que elas indicarem, se o resultado for satisfatório, o conceito teórico experimentado pode ser utilizado em reator de dimensões industriais. O comportamento dos primeiros construídos e postos a funcionar é que vai despertar ou não o interesse dos fabricantes. Em terminologia da indústria de energia atômica a palavra "conceito" significa um determinado sistema de substâncias desempenhado três funções: Combustível, moderador e veículo de calor. O moderador reduz a velocidade dos neutrons que aparecem com a fissão e que devem manter

a reação em cadeia; o veículo de calor é um fluido que conduz o calor para fora do reator onde vai ser utilizado, por exemplo, na produção de vapor a ser utilizado numa turbina ; o combustível nuclear é colocado em peças especiais constituindo os “elementos combustíveis”.

Segundo o físico nuclear Cintra do Prado, estão universalmente aceitos como comprovados três “conceitos”: GCR (gas cooled reactor), também conhecido por magnox e grafita-gás e que usa como combustível o urânio natural, como moderador grafita e como veículo de calor o gás carbônico; BWR (boiling water reactor) e PWR (pressurized water reactor); nestes o combustível é o urânio levemente enriquecido até 3%, utilizando como moderador e veículo de calor a água comum. Há também o HWR (heavy water reactor), menos comprovado, que emprega o Urânio natural como combustível e a água pesada como moderador e veículo de calor. É também este tipo denominado Candu, palavra tirada de Canadá, deutério e urânio.

A tecnologia vem permitindo a fabricação

de reatores com rendimentos maiores e a custos menores e a comercialização já é corrente, podendo ser obtidos mediante contratos de “entrega de chaves” com garantia de funcionamento e mediante financiamento.

Cada tipo de reator apresenta características que devem ser balanceadas pelos adquirentes com as condições de que dispõem de relação a combustível, moderador e veículo.

Há porém, intenso trabalho no sentido de se obter em condições de comprovada eficiência os chamados reatores super-regeneradores ou super conversores, uns e outros denominados “breeders” pelos ingleses.

Nos conversores o material fértil se transforma em material físsil de espécie diferente do combustível consumido: o Urânio 235 que se acha junto ao Urânio 238 ao queimar transforma êste em Plutônio; também a combustão de Urânio 235 transforma o Tório em Urânio 233 físsil. Nos regeneradores, o material fértil se transforma em material físsil da mesma espécie do combustível: O Plutônio usado como combustível transforma o U-238 em Pu físsil e o U-235 transforma o Th em U-

233 físsil. O material físsil produzido, em parte fissiona e, em parte, é recuperado para utilização como nôvo combustível. Quando essa parte recuperada é maior do que a do combustível consumida na operação tem-se os super-conversores ou super-regeneradores.

Já existem reatores dêsse tipo em experiência e espera-se sua industrialização para breve: as nações previdentes estão preparando Pu, e estocando, para uso nesses reatores de alto rendimento e que vão permitir o uso do Th. Aliás já existem reatores que utilizam o U-235-Th-U-233.

8 - Estão postos à disposição da humanidade os meios de aproveitamento da energia nuclear para diversos fins principalmente para a producao da energia elétrica cujo consumo no mundo aumenta de modo impressionante. A previsão de consumo mundial de energia para o ano 2.000 é de 0,796 Q sendo $Q = 108 \text{ BTU}$ ou $293,3 \times 10^{12} \text{ Kwh}$

As conferências mundiais de energia indicam como reservas atuais de energia:

Combustíveis fósseis:

a) Carvão e linhito	82,0 Q
b) Turfa	2,7 Q
c) Petróleo	2,5 Q
d) Xistos e areias betuminosas	5,4 Q
e) Gás natural	2,5 Q
.....	_____
Total	95,1 Q
Potencial hidráulico	0,043 Q

Segundo as estatísticas das Nações Unidas, o crescimento anual do consumo é de 4,9% ou seja uma duplicação em 14,5 anos.

Utilizando estatísticas das Nações Unidas, Cintra do Prado calcula índices que permitem prever que até o ano 2.040 seriam consumidos 107Q. Êle atribui ao potencial hidráulico, se totalmente aproveitado até o fim do século, a parcela de 2,5 Q até o ano 2.040. Vê-se pois que a totalidade de energia disponível para o período até 2.040 seria $95,1 Q + 2,5 Q = 97,6 Q$, menos do que 107 Q. Estariam consumidas tôdas as reservas de combustíveis fósseis e

totalmente aproveitado o potencial hidráulico. Se outra fonte de energia não existisse ficaria a humanidade reduzida à energia hidráulica. Mas o potencial de energia atômica é considerado da ordem de dez a vinte vezes o potencial presente nas reservas de combustíveis fósseis. Resta à humanidade aproveitar desde logo essa fonte de energia, poupando combustíveis fósseis que podem ser usados para diversos fins. É o que já se faz em grande número de países, notadamente Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia, Canadá, França, Itália, Japão, Espanha, Suécia e Índia.

9 - As usinas têm sido instaladas ora para suprir de energia certas áreas para as quais a solução nuclear é a mais indicada, ora para complementar o fornecimento por outras fontes atendendo às previsões de crescimento da demanda, ora para produzir energia elétrica e ao mesmo tempo para destilação da água do mar e fornecimento de água doce a regiões áridas, para a agricultura ou simplesmente para abastecimento domiciliar e industrial.

O valor médio da potência das usinas novas é superior a 300 MW e a Central de

Wilfa, no País de Gales, cuja conclusão está prevista para este ano, terá 1.180 megawatts elétricos. Em 1966, nos Estados Unidos, foram anunciadas 29 usinas de energia nuclear num total de 23.000 MW de capacidade geradora e no primeiro semestre de 1967 foram decididas mais 17 usinas totalizando 13.000 MW. A construção dessas usinas por entidades privadas e governamentais resultou do cuidadoso estudo de cada caso, através do qual se verificou que a energia gerada em grandes usinas nucleares era comercialmente a mais conveniente, podendo seu custo descer a 2,5 milésimos de dólares. Diz o Presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Dr. Glen Seabord, que visitou o Brasil no ano passado, que, “a economia favorável da energia nuclear nos Estados Unidos foi alcançada por meio do desenvolvimento de usinas muito grandes, as quais estão no nível de 500 a 1000 MW e às vezes até um pouco mais alto. Muitas nações não têm rede de energia de tamanho suficiente para absorver unidades separadas daquele porte. De modo geral as entidades não desejam instalar

unidades além de 10% da capacidade total da rede”. Mas acrescenta: “Mesmo quando as condições que permitem o uso de usinas de 500 MW ou maior não existem em determinado país, o estudo cuidadoso do interesse de usinas nucleares de tamanho consideravelmente menor frequentemente se justifica. O tamanho da usina na qual a energia nuclear se torna competitiva com as usinas convencionais depende de muitas condições locais, inclusive, principalmente, as taxas de juros e os acordos de financiamento e o mais útil conselho que posso dar é acentuar a importância do estudo de cada caso com seus méritos próprios”. Segundo o professor Dias Carneiro em país subdesenvolvido a decisão na escolha do tipo de usina para atender a certa demanda depende da urgência no atendimento, da necessidade de se reduzir o dispêndio em moeda estrangeira e do interesse econômico em se distribuírem os recursos internos e os obtidos no exterior de modo a se produzir a energia ao menor custo possível. O estudo de cada caso, com suas condições peculiares é que vai concluir pela vantagem ou não da adoção de

uma central termonuclear como solução. O que se verifica é que os países ricos em outras fontes de energia, e que as vinham utilizando, desenvolvem intenso programa de instalações termonucleares. É que as perspectivas de esgotamento das fontes convencionais e o aperfeiçoamento da tecnologia, tornando as usinas nucleares economicamente competitivas com as convencionais, levaram o governo e a indústria daqueles países à utilização da nova fonte de energia em larga escala. Há uma previsão para 1975 de uma potência instalada de 100 mil MW, cabendo aos Estados Unidos 40%, à Inglaterra 16%, seguindo-se a França, a Alemanha, a Itália e o Japão. Nessa previsão não estão incluídos os países da área socialista, sobre os quais não temos dados estatísticos.

Sabemos, porém, do interesse desses países de não atrasarem na utilização da energia nuclear e do grande trabalho desenvolvido na Rússia para tornar prática a obtenção dessa energia liberada pela fusão atômica e não pela fissão. A fusão liberta dez vezes mais energia do que a fissão. O princípio da bomba de hidrogênio é uma reação

termonuclear em que se fundem os núcleos do trítio e deutério sob temperatura e pressão elevadas. No campo da tecnologia da fusão nuclear pouco se conhece, mas prevê-se um êxito certo.

10 - E onde está o Brasil nessa corrida da era atômica? Está ainda nos ensaios. Em 1957 fica "crítico", isto é, entra em funcionamento o reator de pesquisa da Universidade de São Paulo; em 1960 inaugura-se o de Belo Horizonte, inauguração a que estivemos presentes como representante da Escola de Minas, acompanhando o inesquecível amigo, eminente professor e dedicado batalhador pelos interesses desta Escola, a quem presto o meu preito de saudades - Teófilo Álvares da Silva; em 1965 inaugura-se o reator Argonauta, da Universidade do Brasil, no Instituto de Energia Nuclear, na Ilha do Fundão. Na construção desse reator a parcela de material importado representou 7% do custo do mesmo.

Desde 1957 a Comissão de Energia Nuclear, criada no ano anterior, vem desenvolvendo esforços no sentido de passarmos da fase dos reatores de pesquisa

para a dos reatores de potência. Estudos se fizeram sôbre a oportunidade de construção de Usina Atômica e sôbre sua localização . Em se tratando da oportunidade de utilizarmos a energia nuclear na produção da energia elétrica cuja demanda cresce aceleradamente há a considerar que a colaboração de um projeto, a construção e os ensaios de uma usina nuclear consomem de cinco a seis anos. Somos dos que pensam que já devíamos ter iniciado o aproveitamento da energia nuclear com a instalação de usina têrmo-nuclear para a produção de energia elétrica, funcionando interligada a sistema já existente. Os aperfeiçoamentos na construção dos reatores e equipamentos das centrais têrmo-nucleares vêm reduzindo o custo por unidade de potência, tornando cada vez melhores as condições de competição com as centrais convencionais. O Dr. Glen Seabord, Presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, em sua visita ao Brasil teve oportunidade de declarar que no seu país, no ano de 1966, mais de 50% da potência das centrais encomendadas pelas emprêsas foi de

centrais núcleo-elétricas por apresentarem vantagem econômica sobre as termoelétricas. A competição com as hidroelétricas se faz quanto à distância de relação aos centros consumidores. Alega-se que não há razão de se pensar em usina termonuclear quando se dispõe de imenso potencial hidráulico. Sabemos que o potencial aproveitável se distancia cada vez mais dos centros consumidores e que a transmissão a mais de 500Km é anti-econômica. Ademais prevê-se o aproveitamento do potencial hidráulico disponível até o fim do século. As centrais nucleares devem ser consideradas oportunas não só quando levam vantagem sobre a usina convencional comparada isoladamente. Como já foi dito por um Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear: As centrais nucleares não surgiram na quadra contemporânea para desbancar as usinas clássicas, mas para contribuir ao lado destas para o desenvolvimento da riqueza e da prosperidade. Diz Cintra do Prado: “Salvo raros casos de protótipos de reatores, destinados a estudar e comprovar conceitos, as

centrais nucleares têm sido geralmente construídas para integrar rêsdes distribuidoras existentes, das quais fazem parte usinas hidráulicas ou térmicas clássicas”. No Brasil há um grande sistema interligado na região Centro-Sul, predominantemente hidroelétrico e ao qual poderia ser interligada uma usina termonuclear.

Em 1961 o Ministério das Minas e Energia criou um Grupo de Trabalho que estudou o suprimento da energia elétrica para a Região Centro-Sul, que apresentou relatório que levou o Presidente da República, Senhor Jânio Quadros a determinar a abertura da concorrência para construção da usina nuclear a ser localizada no litoral do Estado do Rio ou da Guanabara e regiões vizinhas. Estávamos a 24 de agosto de 1961, véspera de acontecimento que iria perturbar a vida do país e deflagrar uma cadeia de crises. Apesar disto, a 1º de setembro, o professor Marcelo Damy de Souza Santos, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear fazia publicar o Edital de Concorrência para a qualificação de firmas. A usina seria de 300 MW com um reator que

utilizaria urânio natural como combustível, grafita como moderador e gás carbônico como refrigerador. Foram selecionadas oito das vinte e uma firmas que se inscreveram . Foi constituído o Grupo de Trabalho do Reator de Potência sob a presidência do professor Jonas Correia Santos e composta de 16 engenheiros dentre eles o engenheiro Luiz Fernando Vallin Schneider, que deu publicidade a êsses fatos em um de seus valiosos trabalhos. Êste grupo estudaria o antiprojeto do reator e prepararia especificações bem como incumbir-se-ia da escolha do local onde ficaria a usina. Concluiu o Grupo pela economicidade da construção da usina para funcionar em 1970 e pela sua localização no litoral do Estado do Rio. A Comissão de Energia Nuclear a essa altura resolveu alterar seu programa. Os trabalhos do Grupo foram encerrados.

A prática hoje seguida é de interligar as diversas centrais elétricas de uma região de que resulta barateamento do custo da energia e a garantia da compensação dinâmica entre as unidades geradoras de modo que qualquer interrupção numa unidade é compensada pelo

trabalho de outra ou outras do sistema. Havendo usinas térmicas interligadas com sistemas hidroelétricos, nas épocas de diminuição a vazão e queda da capacidade das hidroelétricas a capacidade do sistema seria mantida pelas usinas térmicas. A complementação dos sistemas com usinas termonucleares deve ser 1/10 de sua capacidade, no máximo, sendo que nos Estados Unidos é entre 2% e 4% da potência do sistema.

O Deputado Aureliano Chaves em substancioso discurso feito na Câmara dos Deputados, opina pela usina no litoral do Estado do Rio ou da Guanabara com reator a urânio natural, pois no caso de se adotar reator a urânio enriquecido “ficaria a central nucleoeétrica na evidente dependência de um único fornecedor no mundo ocidental - a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, que detém o monopólio estatal deste elemento”.

O urânio natural é de fácil aquisição no mercado internacional e há a possibilidade da produção nacional. Refere-se o ilustre representante mineiro, com otimismo,

aos resultados dos estudos procedidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e pelo Grupo do Tório do IPR de Belo Horizonte que “indicam que o uso de um reator de água pesada, utilizando como combustível tório e urânio altamente enriquecido oferece resultados próximos às hipóteses otimistas do ciclo do plutônio”. A tecnologia dos reatores a tório não se adiantou como para a dos demais tipos pelo fato dos países de tecnologia nuclear avançada não possuírem o tório. Há, no entanto, em funcionamento reatores realizando o ciclo U-235-Th-232-neutrons-U-233 que na fase auto alimentar pela fissão do U-233 dá o ciclo regenerador U-233-Th-232-neutrons-calor-U-239. Podemos afirmar sua existência na Índia. Também temos notícia do desenvolvimento de reatores a tório na Alemanha Ocidental através de declaração do professor Herman Georgen feitas perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

11 - Além da Região Centro-Sul, à qual cabe incontestável prioridade, há de se cogitar

de usina atômica para o Nordeste, onde há falta de energia hidroelétrica . Os recursos energéticos se acham no rio São Francisco onde a CHESF construiu a Usina de Paulo Afonso cuja capacidade será de 1.200 MW quando totalmente realizado o projeto. Os grandes centros consumidores, Salvador e Recife, estão no limite da distância para transmissão econômica. A transmissão para Fortaleza já se realiza com encarecimento da energia. Há também a usina de Boa Esperança, no Piauí, que se acha na fase de construção e da qual se espera o fornecimento de 240 MW. Não há estudos, do nosso conhecimento, para a implantação de usina nuclear elétrica no Nordeste. Justifica-se a inclusão no programa da Comissão de Energia Nuclear de usina para essa região com a dupla finalidade de dessalgamento de água para utilização doméstica, industrial e agrícola e de produção de energia elétrica. É solução que o México está aplicando no Estado de Sonora e os Estados Unidos vão aplicar na área de Los Angeles onde uma usina produzirá 150 milhões de galões de água potável por dia e 1.800 MW de

energia elétrica.

12 - A implantação de uma usina termonuclear se faz imperiosa pois, como bem o disse Cintra do Prado “as finalidades de tal usina pioneira seriam: ganhar-se experiência no projeto, construção e operação de reatores de potência das centrais nucleoeletricas ; criar gradativamente o interesse das indústrias nacionais pela fabricação de componentes para reatores e outras instalações nucleares; oferecer oportunidade para a formação de especialistas; abrir franco mercado para as reservas de tório e de urânio do país; iniciar a produção de materiais físséis a partir dos materiais férteis”. Como vemos não é só a necessidade de produção de energia elétrica que justifica a implantação de uma usina termonuclear no Brasil, onde melhor se aproveite a energia e se tirem as vantagens acima.

Os reatores de pesquisa que tanto têm servido na produção de rádio-isótopos e no treinamento de especialistas continuarão como parte indispensável aos centros de estudos e pesquisas a que estão ligados.

Falamos de rádio-isótopos. São eles produzidos nos reatores pelos neutrons que sobram das reações em cadeia e que podem provocar a transmutação de vários elementos em isótopos de quase tôdas as espécies de corpos simples com larga aplicação na medicina, na agricultura e na indústria.

13 - Para a execução de nosso programa no setor da energia nuclear dispomos de reservas de tório estimadas em 300.000 toneladas, aí computados os depósitos de Barreiro em Araxá, os do Morro do Ferro em Poços de Caldas, Tapira, Serra Negra e o tório contido nas areias monazíticas. Os trabalhos de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear localizou ocorrência de urânio no Nordeste e em Minas Gerais, já sendo anteriormente conhecidas as de Poços de Caldas, São João del Rei, Araxá, Jacobin e Tucano. Elisiário Távora transcreve em trabalho seu a informação de Resk Frayha de que “só com uma estimativa muito otimista se poderá situar o nível máximo em 200.000 toneladas de caldasito para a reserva global de todo o

planalto de Poços de Caldas". O caldasito tem um teor médio em U_3O_8 de 0,40%. Em Araxá,, segundo estimativas de Djalma Guimarães há uma reserva no depósito do Barreiro, de pirocloro de teor de 0,91% de U_3O_8 que permitem estimar em 84.508 toneladas de U_3O_8 .

Em Jacobina o urânio se encontra no minério de ouro na proporção de 0,01% de U_3O_8 . Ainda não temos conhecimento de jazidas exploráveis economicamente pelos processos correntes.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear, em 1962, graças a acôrdo entre os governos do Brasil e da França, passou a contar com uma equipe de geólogos francêses que se somaram aos jovens geólogos saídos dos cursos de geologia de Ouro Preto, Pôrto Alegre, Recife, São Paulo e Rio nos esforços de pesquisar jazidas de urânio e tório. Anteriormente, em decorrência de acôrdo com os Estados Unidos, firmado em agosto de 1955, aqui trabalharam geólogos americanos que regressaram em decorrência da denúncia do referido acôrdo pelo Brasil, em 1956.

E atual Presidente da Comissão Nacional de Energia Atômica em entrevista à imprensa do Rio dá informações sôbre as pesquisas de urânio no Morro do Agostinho em Minas, onde foi constatada sua presença e de onde vão ver retiradas dez toneladas para tratamento químico em usina pilôto. Refere-se o Presidente com otimismo às pesquisas que estão sendo feitas na bacia Maranhão-Piauí, para onde se voltam as maiores esperanças da CNEM. Dá-nos também notícias de que a Divisão de Metalurgia do IEA de São Paulo vem fazendo estudos e desenvolvimento de protótipos de combustíveis e de que ela serão entregues os sais de urânio nuclearmente puros para a fabricação dos elementos combustíveis necessários à nossa indústria quando se iniciar a fabricação de reatores.

14 - O Brasil tem se atrasado no ingresso da era atômica. Muitas causas para isto têm contribuído, dentre elas a política nuclear das grandes potências, a falta de recursos postos à disposição de nossas instituições de pesquisas pelo poder público e o nosso descuido no preparo da mão-de-obra especializada nacional

que nos lega ao estado de permanente dependência do “know-how” estrangeiro.

Terminada a guerra, a ONU organiza uma Comissão de Energia Atômica em 1946. Desta Comissão participavam a Rússia, os Estados Unidos, a França e a Inglaterra como países possuidores da tecnologia para a utilização da energia atômica e o Brasil, o Canadá, a Bélgica e a Índia, como países possuidores de reservas de minerais físséis ou férteis. É então apresentado pelos Estados Unidos o Plano Baruch segundo o qual tôdas as reservas de minerais radioativos do mundo seriam utilizados de acôrdo com as permissões concedidas por uma comissão internacional de contrôle. Diziam os americanos que era preciso reparar as “injustiças da natureza” que dera a alguns países minerais radioativos e os negara a outros. A representação brasileira recusou-se a apoiar essa proposta. O chefe da representação, Almirante Álvaro Alberto, dirigindo-se ao nosso Govêrno, por intermédio da Embaixada, assim se expressava em comunicação de 25.11.1947, “É minha convicção, Sr. Embaixador, que nos encontramos em face de

um dilema decisivo e irrecorrível: ou nos preparamos para tomar posse de nossas riquezas naturais – no caso específico atômicas – ou nos veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos impotentes, à evasão delas, por bem ou por mal”. Nesse mesmo documento faz o Almirante uma série de sugestões ao Governo Brasileiro visando a estabelecer rumos para nossa política de energia atômica, sugestões em grande parte aceitas pelo Governo ao criar o Conselho Nacional de Pesquisas, pela Lei nº 1.310, de 15.1.1951, isto é, três anos e dois meses depois da comunicação de nosso representante. O Brasil sustentou na ONU o ponto de vista de que os países possuidores de minerais radioativos só os exportariam se, além do justo preço recebessem compensações como a preferência na utilização dos combustíveis atômicos preparados com êstes materiais, e prioridade na aquisição de reatores. A Lei 1.310 condiciona as exportações à autorização do Governo ouvidos os órgãos competentes, o Conselho Nacional de Pesquisas, o Conselho de Segurança Nacional ou outro órgão que fôr

designado pelo Presidente da República. Em 1953, porém, o Governo brasileiro, cede à pressão americana e vende 15.000 toneladas de areia monazítica, metade refinada e metade em bruto, dispensando as compensações e à revelia do Conselho de Segurança Nacional. O Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Almirante Álvaro Alberto achava-se em missão oficial na Europa quando se deu a transação. Em 1954 nova investida americana; nosso governo cede e nenhuma compensação teve o Brasil enquanto outros países estavam negociando à base de compensações como, por exemplo, a Bélgica, que pelo urânio do Congo, recebia o justo preço e compensações “representadas por assistência técnica no campo da energia nuclear, bôlsas de estudos para os cientistas belgas e facilidades para a construção de equipamentos, como o reator de Moll”.

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em fins do ano passado, o deputado Renato Archer, que se tem dedicado ao estudo da política atômica que nos convém seguir, teve oportunidade de revelar detalhes

das duas operações que acabamos de citar, fundamentando suas revelações em informações colhidas em documentos oficiais. As informações documentadas, levadas ao conhecimento do Congresso nesse discurso, nos mostram bem claramente a pressão exercida pelos Estados Unidos para comprar nossos minerais atômicos sem compensações, para nos impor um acôrdo concedendo-lhes o monopólio da pesquisa desses e para impedir acôrdos de cooperação com outras nações. E o que nos entristece é que o Brasil quase sempre cedeu. A ação do Conselho Nacional de Pesquisas era o que dava aos brasileiros que a acompanhavam a esperança de que no Brasil se tinha consciência da nova era que surgira para o mundo com a energia nuclear. Pesquisas de jazidas minerais atômicas eram feitas, técnicos eram enviados aos países possuidores da tecnologia específica, contactos eram estabelecidos com países amigos visando acompanhar pesquisas. A luta, porém, para a defesa de nossos minérios era intensa; em janeiro de 1955 o Almirante Álvaro Alâerto nega-se a assinar o acôrdo negociado entre o

Brasil e os Estados Unidos para pesquisa, por geólogos daquele país, das nossas jazidas e se demite da Presidência do Conselho.

Em 1957 surge a Agência Internacional de Energia Atômica. Teve sua gênese na proposta de Eisenhower, em 1953, segundo a qual os países membros da ONU contribuiriam para um fundo conjunto de materiais físséis, a ser gerido por um organismo internacional, visando à utilização pacífica do átomo. Era o lançamento do movimento “Átomos para a Paz”. A Rússia rejeitou a proposta alegando que isto viria “interromper a produção de armas nucleares e restringir as possibilidades de que elas fossem empregadas”. A Agência Internacional de Energia Atômica, AIEA, tem sua sede em Viena; a ela estão filiados 91 países, dentre eles o Brasil, cujos representantes se reúnem em Conferência Geral; é dirigida por uma Junta de 25 Governadores. O Brasil tem participado dessa junta. A finalidade da Agência é “acelerar e aumentar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade do mundo inteiro. Na medida do possível assegurará que a assistência prestada

pela Agência, ou a seu pedido, ou sob sua direção e controle, não seja utilizada para fins militares". A Agência aplica salvaguardas a materiais físséis, serviços, equipamentos, instalações e informações através de verificações e controles, inclusive inspeções locais. Em setembro do ano passado reuniu-se a Conferência Geral e o Diretor-Geral declarou que 65 reatores com capacidade total de 3.200 MW, em 29 países, estão sob o regime de salvaguardas da Agência. O Brasil se tem beneficiado da assistência técnica da Agência, através de bolsas de estudos, a vinda de professores e a obtenção de equipamento para pesquisa.

Em 1963 os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Rússia assinaram o Acôrdo de Moscou que proíbe as explosões nucleares na atmosfera e sob as águas. Podem ser feitas experiências subterrâneas. A êsse Acôrdo se associaram cêrca de cem países, incluindo-se entre êles o Brasil. A França e a China recusaram-se assinar o Acôrdo que consideraram uma farsa no campo do desarmamento e uma tentativa das potências

nucleares de estabelecer o monopólio sobre a nova forma de energia.

15 - Atualmente, na política internacional referente à energia atômica, está em foco o problema das explosões nucleares pacíficas . Nos Estados Unidos, desde 1957, está o Programa Plowshare sendo implantado pela Comissão de Energia Atômica em colaboração com firmas particulares. Êste programa prevê a abertura de um novo Canal do Panamá que, com o emprêgo de explosivos nucleares, custará 750 milhões de dólares, enquanto que com explosivos convencionais custará cinco bilhões de dólares.

Também as companhias petrolíferas desejam o emprêgo da explosão atômica subterrânea para desagregar e destilar o xisto e permitir o aproveitamento dos produtos. Vários projetos importantes estão incluídos nesse Programa Plowshare, inclusive a construção de portos, canais, dessalgamento de água, etc.

Mas o uso de explosivos nucleares para fins pacíficos viria a constituir tema de discussão entre as chamadas potências nucleares e não nucleares, sendo as primeiras as

que já experimentaram a bomba atômica: Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China, e que formam o chamado Clube Atômico. A Rússia e os Estados Unidos celebram acôrdo que desejam ver subscrito pelas demais potências na Conferência de Desarmamento de Genebra. Por êsse acôrdo as potências nucleares se obrigam a não contribuir, de qualquer forma, para que outros Estados venham a adquirir armas ou artefatos nucleares. Os Estados não nucleares se obrigariam a não adquirir armas nucleares nem artefatos nucleares, mesmo para fins pacíficos e a aceitar as salvaguardas da Agência sobre tôdas as atividades pacíficas. Divulgadas as linhas gerais do Acôrdo entre as duas superpotências surge a reação. Os países da OTAN, exceto a França, abdicam da possibilidade de ter armamento nuclear, mas não admitem que suas instalações sejam devassadas pelos inspetores da Agência. Enquanto as potências nucleares continuariam a colher experiênciam nas atividades militares e pacíficas, ao abrigo de qualquer contrôle, as potências não nucleares teriam que se limitar às

aplicações controladas pela Agência.

O Brasil e mais 7 países constituem em Genebra o Grupo dos oito países ditos não alinhados, por não pertencerem à OTAN nem ao Pacto de Varsóvia, enquanto que os demais membros do Comitê dos Dezoito pertencem a um ou outro. O Brasil defende o direito de, se e quanto puder, realizar explosões nucleares para fins pacíficos. Já assim procederá no México, quando da discussão do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares temem que os não nucleares, fabricando explosivos para fins pacíficos venha a fabricar as bombas, vez que a tecnologia é a mesma. O Brasil e a Índia alegam que o sistema de controle universal evitaria isto e que a proibição do uso de explosivos nucleares para fins pacíficos prejudicaria o desenvolvimento dos países atingidos. Nossa posição em Genebra tem sido de recusa a um trabalho que venha cercear nossa liberdade de pesquisa em qualquer ramo do conhecimento.

É a aplicação da diretriz traçada pelo Presidente da República em seu discurso de 5 de abril do ano passado, pouco depois de assumir o Governo e às vésperas da

Conferência de Presidentes em Punta del Leste: “Repudiamos o armamento nuclear e temos consciência dos graves riscos que a sua disseminação traria à humanidade. Impõe-se, porém, que não se criem entraves, imediatos ou potenciais, à utilização pelos nossos países da energia nuclear para fins pacíficos. De outro modo estaríamos aceitando uma nova forma de dependência, certamente incompatível com nossas aspirações de desenvolvimento”. Nesse mesmo pensamento se incluem as declarações de nosso Embaixador Sérgio Correia da Costa a 18 de maio passado perante o Comitê dos 18 em Genebra: “não basta proscrever armas nucleares: é preciso que cada país tenha o direito de mobilizar, sem restrições, todo o moderno instrumental tecnológico para proscrever a miséria e o subdesenvolvimento que geram também graves tensões internacionais”.

Nosso embaixador Antônio Azeredo da Silveira depois de repetir a renúncia à tecnologia nuclear pacífica indaga se os países nucleares considerariam com agrado a perspectiva de tódas as nações, nucleares ou

não, renunciarem a manufatura de explosivos nucleares de qualquer tipo, seja para fins pacíficos ou bélicos passando a competência, para produzi-los, a uma organização internacional.

Ainda recentemente, a 8 de fevereiro, o Embaixador João Augusto de Araújo Castro, rejeitou formalmente o projeto americano-russo de tratado de não proliferação de armas nucleares que segundo êle divide o mundo em países que podem se utilizar da energia nuclear para fins pacíficos ou militares e os que deverão depender tecnològicamente dêsses países durante, pelo menos, vinte e cinco anos, como seria o caso do Brasil. Sua rejeição foi feita analisando artigo por artigo da minuta, mostrando que os mesmos contrariam os princípios orientadores estabelecidos pela própria Conferência a serem adotados, bem como dispositivos da Carta das Nações Unidas.

Tudo indica, pois, que devemos redobrar os esforços no sentido de adquirirmos tecnologia no campo nuclear. Temos acôrdos com vários países através dos quais obtemos a colaboração internacional. Torna-se necessário

que nosso Govêrno dê recursos para a pesquisa aos Institutos que já possuímos e que a Comissão de Energia Nuclear intensifique seu trabalho pois, antes de utilizarmos os explosivos nucleares para obras de engenharia muito temos a fazer na produção de energia, no dessalgamento da água, na produção de rádio-isótopos que se apliquem na medicina, na biologia, na agricultura. Mas o grande passo a ser dado é no sentido da formação de cientistas e técnicos, dando-lhes o apôio necessário ao exercício de suas atividades, inclusive uma remuneração que lhes assegure e a suas famílias nível condigno e segurança material.

16 - A Universidade brasileira tem papel importante no desenvolvimento do país. É preciso que a deixem desempenhá-lo. "É através precisamente da intervenção do espírito humano no processo histórico, êle que tem a possibilidade única e exclusiva de transformar o determinismo histórico pela intervenção livre do espírito, é através da Universidade de que essa obra portentosa de renascimento nacional e mundial se realiza". Nehru respondendo a uma crítica porque colocava a Índia, país pobre,

subdesenvolvido no caminho do desenvolvimento científico, respondeu: “A Índia é um país muito pobre e subdesenvolvido para se dar ao luxo de não incentivar a pesquisa científica”. Incentivemo-la na Universidade, nos seus Institutos, nos Institutos Autônomos. Que sejam aproveitados no setor de pesquisa os Professôres e alunos que demonstrem pendoros para essa atividade, que lhes sejam dadas condições materiais de trabalho: remuneração condigna, instalações, colaboradores, que lhes possibilitem visitas a centros de pesquisa de renome mundial. Lamentavelmente tem sido elevado o número de cientistas brasileiros que por motivos diversos saíram do país e prestam seus serviços em centros científicos estrangeiros. Uns foram levados por motivos políticos ou ideológicos, mas muitos porque não dispuseram de meios necessários para seus estudos e pesquisas no Brasil. Torna-se necessário criar condições que atraiam aqueles que têm vocação para a pesquisa e o magistério universitário assegurando-lhes condições de trabalho e tranqüilidade material para sua família. É aos jovens universitários de hoje que

em futuro próximo vai caber o encargo de conduzir o Brasil na Era Atômica, tirando proveito dos recursos naturais que possui o país, da inteligência com que Deus dotou o homem e da liberdade que lhe deu para colocá-la a serviço do bem e do mal, mas que sua infinita bondade só irá permitir que no Brasil seja utilizada para o bem do brasileiro e da humanidade.

17 - Quando um povo quer sair da miséria pode fazê-lo desde que use dos recursos adequados. Vou citar o caso de um país que ao terminar a Segunda Grande Guerra estava com sua superfície reduzida à metade, pela perda do território, suas indústrias destruídas, suas cidades parcialmente arrasadas, suas culturas inutilizadas. Refiro-me ao Japão. E como saiu do caos? Reforma educacional, pesquisa científica e tecnológica, espírito de sacrifício e firme decisão de voltar a ser uma das grandes potências do mundo. A mola mestra desse ressurgimento foi a reforma educacional que permitiu o preparo imediato dos jovens para a grande batalha do desenvolvimento. Utilizou o Japão não só seus próprios centros de pesquisa

e ensino ; enviou aos centros adiantados bolsistas que iam aprender a evolução dos processos tecnológicos e conhecer os resultados dos estudos e pesquisas científicas. Hoje ocupa o país lugar de destaque em diversos setores da produção industrial graças a êsse aperfeiçoamento tecnológico. O produto nacional bruto cresce à razão de 10% ao ano já tendo alcançado 100.000 milhões de dólares o que equivale a dizer que está em 4º lugar no mundo, vindo logo depois dos Estados Unidos, Rússia e Alemanha Ocidental.

Sua produção de ferro ultrapassou 50 milhões de toneladas em 1966, nível superado apenas pelos Estados Unidos e a União Soviética . É o maior produtor de navios e ocupa o terceiro lugar na produção de automóveis e caminhões.

Tivemos oportunidade de visitar o Centro de Pesquisas Nucleares do Govêrno Japonês em Tokaymura, a 130 Km de Tóquio. Lá estão localizados o Instituto de Pesquisa da Energia Atômica, a Corporação de Combustível Atômico e uma Usina Termonuclear ligada ao sistema que serve à região de Tóquio. O Instituto

opera em Tokay quatro reatores de pesquisa e um reator de potência. Dois dos reatores de pesquisa foram importados, o terceiro já foi projetado e construído pelos japoneses e eles dizem que esse trabalho lhes foi muito rendoso em experiência ganha. É utilizado na produção de rádio-isótopos. O quarto reator, que utiliza urânio enriquecido tem capacidade de 2.500 KW e está sendo utilizado em experiências com vistas à aplicação na propulsão de navios. Completa o conjunto um reator de potência de 12.500 KW que desde 1963 serve para a obtenção de características dos reatores de potência e o comportamento dos elementos combustíveis.

A outra entidade que funciona em Tokai é a Corporação de Combustíveis Atômicos que tem por função a prospecção, mineração e refino do urânio, recuperação de combustíveis, inclusive o Plutônio para o que possui instalações especiais. A Corporação avalia as reservas de Urânio em 3.423 toneladas de U₃O₈.

A terceira entidade é a Usina Termonuclear-elétrica que usa um reator

“Calder Hall”, utilizando urânio natural como combustível, grafita como moderador e CO₂ como refrigerador . Iniciada em 1960, desde maio de 1965 fornece 425.000 KW ao sistema de Tóquio. Esta usina pertence a uma emprêsa cujo capital foi subscrito por companhias de eletricidade; essa emprêsa está montando uma segunda usina em Tsuruga para servir à zona industrial de kioto e Osaka e que terá uma potência de 322 mil KW. Utilizará reator tipo água fervente, empregando urânio enriquecido.

Eis o exemplo de um país que de 1945 a 1952 esteve ocupado, mas que nesse período readquiriu sua situação de antes da guerra.

DISCURSO DE PARANINFO DE UMA TURMA DE ENGENHEIRANDOS

Lucas Lopes³

Vir a Ouro Preto para receber a homenagem de um grupo de moços que acaba de conquistar o alto título de engenheiros pela Escola de Minas; - estar aqui, neste momento, nesta altura de uma vida intensamente vivida, com a alma e o corpo coberto de marcas que relembram batalhas duras, quase sempre silenciosas, travadas no clima de tensão em que se luta pelo futuro da Pátria; - alto título de engenheiros pela Escola de Minas; - acordar aqui, por um instante, dêste sonho maravilhoso que tem sido buscar e encontrar soluções singelas e corretas para alguns problemas do Brasil, de nossa querida Minas, da velha Ouro Preto; - dirigir palavras de incentivo e

³ Paraninfo de turma de engenheiros de Minas, Metalurgia e Civil na Escola de Minas de Ouro Preto. Retirado da REM. S.D.

conselhos de prudência a jovens que completam sua preparação para as responsabilidades de comando e fazê-lo no seio desta Congregação, e na presença de altas autoridades e velhos amigos – tudo isto tem para mim o significado de um prêmio, um benefício imenso que o destino me oferece, uma graça imerecida que me concede o Altíssimo.

De minha infância guardei a lembrança de um devaneio, que talvez tenha sido minha primeira insônia, a imaginar-me na posição do guarda do “*Palácio dos Governadores*” que esperava ouvir, em poucos instantes, as doze badaladas da meia noite no relógio da “*Casa da Câmara e Cadeia*”. Cumprindo o dever, sem qualquer desfalecimento, dentro da noite silenciosa e calma de Ouro Preto, aquê guardado tranqüilo deveria dizer uma senha ao que lhe seguia no posto da vigilância e sacrifício. Êste momento tem para mim o significado de uma rendição da guarda: - a senha que tenho a dizer ao jovem que toma o meu posto talvez pudesse ser aquela frase que ouvi na Índia: “*There is no end of a journey, where a Nation is marching*” (Não tem fim quando uma Nação está em marcha...).

Meus jovens colegas.

O Brasil que ireis ajudar a construir está hoje, sem dúvida, em fase histórica, densa de riscos e de oportunidades, entre esperanças e angústias: - está vivendo o ato de crescer: é um dos poucos países do mundo em que essa sensação é real, é quase palpável, por fôrça de sua grandeza e da posição que ocupa no mundo. Ao viver o momento de emergir para o “*status*” de Grande Nação sofre alternativas de progresso e de crise, com que o destino prova sua vocação de unidade e de poder.

Felizmente uma das invariantes da atitude mental e política de nosso povo é o desejo de crescer e a certeza de que seremos fortes e ricos, quaisquer que sejam as linhas da evolução que a História nos possa reservar. A única interrogação realmente séria que nos propomos é a escolha dos caminhos que nos conduzirão à mais rápida realização de nosso futuro, com mínimo de sofrimento e divisão do povo brasileiro. O grande desafio que a história nos impõe hoje é o da rápida superação no tempo de etapas inevitáveis do processo de desenvolvimento econômico, político e social.

No fim da II Guerra Mundial houve um instante em que, aniquilado o monstro do nazi-fascismo, encontrou-se a Europa destrocada, com sua economia totalmente subvertida, em pleno colapso. Por algum tempo os mais lúcidos observadores acreditaram ser inevitável ali a implantação do comunismo. As massas desempregadas e sem futuro, a classe média abatida e sem rumo, as elites sem fé e sem confiança em sua capacidade de comando, um sentimento de angústia universal, pareciam espelhar o fim de uma civilização e a morte da liberdade.

O auxílio norte-americano do Plano Marshall foi uma tábua de salvação permitindo aos líderes da velha Europa Ocidental a busca das formas políticas e econômicas, que seriam os fundamentos de sua completa recuperação.

O que se assistiu, em seguida, na Alemanha Ocidental, na França, na Inglaterra, na Itália e em todos os países menores da Europa Ocidental foi o ressurgimento do liberalismo econômico, da predominância da livre empresa, como doutrina do governo capaz de condicionar um espetacular ressurgimento

da economia e a criação de um novo clima de confiança no regime democrático. O neoliberalismo, que não exclui a presença do governo no planejamento das linhas de força da economia, nem na busca de crescente justiça social, iria realizar o milagre da prosperidade européia que afastaria a alternativa da ditadura comunista como preço da sobrevivência econômica pelo nivelamento na pobreza. Na Europa como no Japão um novo capítulo da economia liberal seria escrito em páginas brilhantes, enquanto se afastavam as soluções fantasiosas de impróprias e exageradas intervenções estatizantes. A livre empresa tornar-se-ia, no quadro do Estado Moderno, não a oportunidade para alguns poucos conquistarem fortunas fabulosas, mas o universo da liberdade criadora e de estímulo para o trabalho intenso, a que todo o homem é levado, quando tem a consciência de estar, êle próprio, moldando sua vida e seu destino. Na medida em que a democracia liberal abria novos horizontes de convivência humana através dos esforços de integração regional, do Mercado Comum, afastava-se da Europa

próspera o espectro da revolução comunista e da ditadura férrea que alega buscar a felicidade das gerações futuras com o sofrimento e o aniquilamento da liberdade das gerações de hoje: - e na verdade histórica, só oferece a ilusão do poder esmagador do Estado, a expressar sua força bruta em balísticos e megatons.

A luta pelo domínio do mundo deveria se deslocar para outras áreas menos preparadas para a autodefesa. A guerra fria deveria se transferir para a África, para a Ásia e, principalmente, para a América Latina.

O Brasil, que em nosso hemisfério se destaca em perfil marcante, é talvez no mundo atual a mais importante unidade política onde será certamente possível consolidar-se a vitória da filosofia da vida que se sintetiza na fé cristã e no ideal democrático; e se baseia na economia da livre iniciativa.

O Brasil é talvez o maior e mais importante País onde uma clara opção entre a livre empresa criadora e renovada e o socialismo, que só encontra alternativas na utopia, na estagnação ou na brutalidade, oferece as melhores chances da predominância

do primeiro.

Nosso país é, talvez, o maior palco do mundo onde um desenvolvimento econômico rápido pode demonstrar as virtualidades da democracia e da livre competição. Aqui existem recursos naturais, espaço e população que nos abrem grandes oportunidades e horizontes ilimitados de progresso. Nosso país está em condições de ser o cenário adequado para o grande espetáculo de criação de uma potência mundial, em poucos anos, se conseguirmos retomar e acelerar o ritmo de nosso desenvolvimento econômico, sem ilusões ou fantasias, sem concessões a privilegiados ou a demagogos, visando acima de tudo ao Povo e à Nação. Aqui esta o maior campo de provas para que se demonstre ser uma falácia a afirmação de que somente o comunismo, com a eliminação da liberdade e a brutal redução do consumo da população, pode realizar a proeza de retirar um grande País do charco do subdesenvolvimento, nesta altura do século XX.

O momento que vivemos é decisivo porque a guerra fria procura atingir nossas fronteiras com tãda a intensidade e paixão.

Enquanto muitos lutam para vencer a crise econômica e social, através do aceleração da formação de riqueza coletiva, uma minoria ativa e vocal procura perturbar a todo custo a vida nacional e criar o imobilismo e pânico, porque acredita ser necessária uma catástrofe purificadora para preparar o advento do Estado socialista, e sabe que um pouco mais de sucesso, um passo mais à frente em nosso desenvolvimento econômico, nos colocará naquele nível em que não haverá retorno de uma chance revolucionária, porque o povo já terá certeza de estar no caminho de um estável e real progresso coletivo, que se refletirá em um continuado aumento de renda per capita, na moeda estável que elimina os especuladores, na cada vez mais justa distribuição da riqueza e na perene dinâmica da ascensão social.

Essa minoria e sua côrte de políticos oportunistas precisa ser corrida democraticamente, a pauladas, da vida pública brasileira, antes que esteja em condições de correr ditatorialmente, a palmadas, aquêles que com ela transacionam.

Nos últimos anos fomos capazes de criar

empresas e indústrias em proporção tal que oferecemos empregos de alto nível, desde o operário especializado até o Gerente ou Presidente, em número muito maior do que os agitadores e desajustados que brotam das sociedades em transição.

Vivemos dias decisivos em que, mais do que nunca, precisamos da voz firme de comando de estadistas capazes, sérios e bravos. Vivemos dias que exigem verdadeira coragem política dos líderes.

Nosso processo de desenvolvimento econômico se realiza *em grande* e é, por isto, difícil e perigoso. Para que o possamos manter no quadro do liberalismo democrático – convém ressaltar êste ponto – precisamos realizar nossas tarefas criadoras com rapidez e acêrto, vencendo a corrida do tempo. Isto não significa que devemos agir històricamente na implantação das chamadas reformas de base, que alguns querem dar o tom de uma gradativa revolução em marcha. Essas reformas só serão úteis se fugirem ao clima das confusas lutas de grupos ideològicamente opostos e forem conduzidas com a gradação no tempo que

distingue a evolução inteligente que a experiência democrática constrói, da revolução brutal e cega que os impulsos primários de destruição sugerem.

Em minha opinião os políticos brasileiros não têm direito nem fôrça moral para falar em reformas de base e quanto não forem capazes de estabilizar o valor da moeda, porque sem moeda estável não há sociedade e não há Nação, mas apenas agrupamentos humanos que caminham para o naufrágio.

A verdadeira e justa estratégia, para a construção de nosso futuro, não deve contemplar radicalismos e violências porque é imanente em nossa história a evolução sábia, medida e oportuna.

É fácil ser radical e revolucionário. É fácil injuriar, quebrar, demolir e matar. O difícil é construir com esforço, suor, conservar o bom sem temor de podar o mal. No Brasil de hoje a posição radicalista ou a jacobino-nacionalista é uma atitude de fraqueza e frustração, sòmente digna de “*play boys*”, intelectuais incultos ou primatas políticos em véspera de derrotas eleitorais.

O grande e duro serviço que o Brasil precisa de sua juventude é o de buscar meios e modos de edificar nossa grandeza com trabalho e inteligente e esforço esclarecido e maduro. A grande missão dos autênticos valores intelectuais é no Brasil a obra criadora de fórmulas econômicas, jurídicas, sociais e políticas que permitam enriquecer os pobres e não simplesmente destruir a riqueza a pretexto de eliminar o contraste dos ricos.

O grande desafio às novas gerações brasileiras desta segunda metade do século será construir e consolidar, com maturidade e trabalho sério, a estrutura de uma Grande Nação.

Nossa população cresce de maneira explosiva e é atraída em proporção altíssima para as áreas urbanas, em busca do conforto e segurança. Êste é um fenômeno que não devemos lamentar porque seu desenrolar faz parte do espetáculo do desenvolvimento de uma grande Nação.

Entretanto é indispensável que façamos um enorme esforço de investimento na indústria e nos serviços urbanos para que

possamos oferecer trabalho a essa grande massa, que só tolera ser favelada por algum tempo, e faz jus a uma posição melhor na escala social. Por outro lado, é urgente renovar, fortalecer e organizar a vida rural, porque cada vez maior produção de alimentos será exigida de um número decrescente de trabalhadores rurais.

O grande problema está em aumentar-se rapidamente, efetivamente a quota dos investimentos e fazê-los com acêrto, nos setores de maior produtividade.

Temos que obter recursos para êsses investimentos, quer estimulando as poupanças internas e coibindo os desperdícios e o luxo, quer obtendo financiamentos e auxílios internacionais, quer finalmente atraindo novos capitais de risco que desejem se incorporar ao quadro de nossa estrutura jurídica e econômica e queiram nos trazer o benefício das melhores técnicas e dos avanços da ciência.

Retornemos, por uns instantes, ao nosso tema para tentarmos definir que posição deve ter um novo contingente de engenheiros na realização de nosso “*Projeto de Grande Brasil*”.

Diante de um mapa-mundi, em que se ajustam mosaicos de côres diversas, representando unidades políticas autônomas, destaca-se, desde logo, nosso País pela enormidade de seu território. Oito e meio milhões de quilômetros quadrados, representando quase a metade de todo continente sul-americano colocam-nos entre as maiores unidades políticas do globo. Eis-nos em face de uma realidade que não deve ser olvidada. Qual o significado de tão amplo espaço político? Qual o futuro que êle reserva ao povo, escasso ainda, que o possui?

“Um país de grande área e pequena população é um grande estado do futuro se fundamentos naturais ou econômicos não se opuserem a seu desenvolvimento”.

É o pensamento Ratzel que tentaremos analisar.

O Brasil que soube consolidar, ao longo da história, uma unidade política impressionante, vive ainda hoje a tarefa de alargamento de sua frente pioneira sôbre vastos espaços vazios de seu “hinterland” e tem na integração econômica de regiões que contrastam em seu progresso,

um de seus mais difíceis desafios.

É certo que o problema da manutenção da Unidade Nacional, apesar de ter perdido importância com as tendências integradoras da cultura e da tecnologia moderna, pode se tornar momentaneamente um motivo de riscos, se forem exacerbados sentimentos de inferioridade ou tendências psicológicas divergentes. Com o tempo e a elevação do nível de riqueza e de cultura, êsses riscos se reduzirão e mais se fortalecerá a Unidade Nacional.

O valor do espaço é relativo. Um grande espaço representará, num dado momento histórico, um grande valor se "*fundamentos naturais ou econômicos não se opuserem a seu desenvolvimento*". O Brasil é, entre os grandes Estados, dos que menor proporção de áreas inabitáveis ou anecúmenas possui, se considerarmos êsse conceito em seu sentido absoluto. Todos os quilômetros quadrados têm aqui um verdadeiro valor de futuro. Não é, entretanto, dos que maior "*carring power*", maior poder de sustentação encerra em seu espaço físico. O valor real do espaço brasileiro é

depreciado pela baixa capacidade demográfica de extensas áreas, cobertas por florestas equatoriais e savanas tropicais de menor capacidade populacional.

A grande missão de descobrir e valorizar riquezas do nosso imenso espaço geográfico é o grande desafio impôsto aos engenheiros brasileiros. Quer na pesquisa e exploração dos recursos minerais, quer na industrialização de tôda gama de produtos naturais, quer na construção e operação das grandes linhas de circulação interna de bens e pessoas, a função do engenheiro é essencial e predominante.

O que os filhos da Escola de Minas já ofereceram ao Brasil é um patrimônio imenso. Todo seu território foi palmilhado por engenheiros aqui formados que resistiram às contínuas asperezas de uma vida dura, para reconstituir a história geológica de nossa terra e descobrir nas estruturas secretas de seu subsolo, jazidas minerais de valor inestimável.

Entretanto o que resta a fazer para darmos ao Brasil uma posição de tranqüilidade no quadro mineral é uma tarefa imensa.

Um memorando técnico oferecido há

pouco ao exame do Govêrno sintetizou nos seguintes pontos as razões que impõem um esforço realmente sério de pesquisa e de intensificação da lavra no Brasil;

1) - dos 300 minérios necessários à civilização industrial o Brasil só produz cêrca de 50;

2) - dos dez minérios chamados "imperiais", de vital importância para as indústrias de base, o Brasil possui três em quantidade adequada;

3) - há graves deficiências no quadro energético, pela insuficiência qualitativa e quantitativa do carvão, pela não descoberta do petróleo fora do Recôncavo Baiano e pela inexistência de gás natural em quantidades aproveitáveis pela grande indústria;

4) - é insatisfatório o panorama dos metais não ferrosos, como cobre e chumbo, assim como dos sais químicos, particularmente o enxofre e o potássio;

5) - a inadequação do quadro mineiro é fator negativo do comércio exterior, causando um desequilíbrio na corrente de transportes, pois que exportamos 6 milhões de toneladas de

produtos minerais e importamos minérios, sob várias formas e diversos graus de elaboração, num montante de 15 milhões de toneladas;

6) - a mineração representa ainda parcela diminuta da renda nacional - cêrca de 2% - situação inexpressiva para um país de dimensões como o Brasil, de marcada vocação industrial.

Na corrida contra o tempo que será uma constante da vida brasileira nos próximos anos, nosso sucesso dependerá da clarividência com que reformulamos nossa política de exploração do sub-solo e da segurança com que a realizarmos. Não é difícil concluir-se que a política mineral que convém ao Brasil deve girar em tórno de dois pólos:

1) - descoberta e valorização de jazidas que melhor fundamentem nosso parque industrial;

2) - exploração racional das reservas superabundantes de alguns minerais para a conquista de mercados externos que nos garantam recursos financeiros para a importação de bens, inclusive minerais faltantes.

O primeiro pólo é o que mais interessa a esta Escola. Antes de analisá-lo vamos, entretanto, focalizar o segundo, cujo significado em síntese é: todo grande País moderno deve estar preparado para a convivência internacional. A partir do momento em que um Povo adquire consciência de sua fôrça, esquece as velhas lutas pela independência política e econômica, que caracterizam a fase de subdesenvolvimento econômico e cultural. Prepara-se, então, para a convivência aberta e amiga com outros povos, no nível de igualdade e respeito mútuo que o mundo livre ocidental procura consolidar.

Um dos mais importantes índices de maturidade econômica de um povo está no volume de seu comércio exterior. Um alto nível de participação nas correntes de intercâmbio mundial, ainda que não seja condição suficiente, é condição necessária à caracterização de um grande País. A autarquia absoluta é uma ilusão cara. Seríamos irremediavelmente condenados ao subdesenvolvimento se nos deixarmos dominar pelo medo ao estrangeiro, e por complexos

coloniais que, daqui de Vila Rica, aprendemos a repudiar, com a exaltação dos mártires da Inconfidência Mineira.

Temos que conquistar setores difíceis dos mercados mundiais e, para isto, devemos estar preparados a oferecer bons produtos a preços competitivos, sem protecionismos, sem subsídios e sem confiscos. Temos que aprender a ganhar nossas batalhas comerciais na livre competição entre os melhores porque, somente no clima de liberdade e não intervencionismo estatal, será possível construir a confiança de freguezes permanentes de nossos produtos. Não devemos esquecer nunca que os bons e estáveis negócios são os que satisfazem às duas partes.

Estas verdades são também fundamentais para a grande exportação dos minérios.

Todos os analistas de nossa economia concordam em que deveríamos concentrar um esforço extraordinário na captura de mercados para grandes massas de nossos minérios de ferro, como elemento de uma necessária recuperação de nossa balança de comércio exterior e como base de uma industrialização

que não prescinde dos produtos importados especialmente carvão coqueificável. Naturalmente não devem ser esquecidas as lições de patriotismo de Clodomiro de Oliveira e outros mestres que em Ouro Preto estudaram o assunto.

Tenho fé em que os homens responsáveis no Govêrno terão a clarividência necessária para o restabelecimento de um clima de confiança no futuro das exportações de minérios brasileiros, cujas possibilidades foram grandemente prejudicadas, em passado recente, pela ação de administradores primários e incompetentes. Tenho fé em que os filhos de Minas Gerais, que estão com a responsabilidade do Govêrno da República, não se deixarão guiar pela demagogia, não serão dominados pelo imobilismo, nem buscarão soluções fantasiosas, irrealistas, destinadas a sucesso eleitoreiro, com sacrifício do País. Estou certo de que será finalmente encontrada uma fórmula que permita a franca e ela cooperação de emprêsas estatais e privadas em busca de um mercado difícil que não devemos perder por mais uma geração.

Como disse, a missão desta Escola, de preparar técnicos capazes de descobrir e valorizar riquezas minerais, é de importância fundamental. Sem uma profunda transformação do quadro mineiro do Brasil nossas possibilidades de largo e efetivo desenvolvimento serão, a longo prazo, medíocres. Por outro lado, bem sabemos que novas descobertas de minerais escassos só serão possíveis em função de um amplo e variado trabalho científico de pesquisa, e êste trabalho exige grande número de engenheiros, e engenheiros de alto padrão técnico e firme vontade criadora.

Felizmente o que se verifica na Escola de Minas de Ouro Preto, nos últimos tempos, é realmente animador.

O esforço de seu notável corpo docente, liderado por êste Mestre que tão alto tem mantido as tradições desta casa, Professor Salathiel Tôrres, iria encontrar, na colaboração de servidores que aqui seguem o exemplo perfeito de Francisco Lopes, e na dedicação e carinho de ex-alunos, um estímulo e um apôio extraordinário para a renovação e

modernização da Escola de Minas que se prepara para um futuro que será maior, sem dúvida, do que seu imenso passado.

Quando em 12 de outubro de 1959, Amaro Lanari, falando em nome dos ex-alunos formulou a idéia da Fundação Gorceix e, mais do que isto, lançou a semente de uma contribuição financeira permanente da empresa siderúrgica que preside, teve a felicidade de verificar que o seu gesto teria enorme repercussão e iria desencadear um movimento entusiasta de apôio de todos os ex-alunos e das entidades que precisam da Escola para a formação de seus técnicos e comandantes do futuro. Pelo que já conseguiu obter de patrimônio e pelo que já realizou de prático, a Fundação Gorceix, sob a superintendência eficiente e criadora de Joaquim Maia, será o adequado instrumento de apôio a esta Escola de Minas que conquistou, com sua autonomia, o direito de se renovar eternamente.

Meus caros colegas.

Nesta hora de alegria de vossos pais e de todos aquêles que contribuíram para o vosso sucesso, quero terminar esta oração lembrando

que muitas vêzes na vida sentireis desânimo e incompreensão, mas se estiverdes convencidos da justeza de vossa causa, encontrareis recompensas maravilhosas.

Nas experiências difíceis de minha vida de homem público houve um momento em que tive a impressão de que seria esmagado por insinuações de fraqueza e falta de coragem na defesa dos interesses do Brasil, quando presidia negociações no estrangeiro, com entidades internacionais.

Uma réstia de luz iluminou minha alma quando recebi uma linda carta de amigo, de um grande cidadão do mundo livre, *Samuel waugh*, então Presidente do *Export-Import Bank de Washington*, que depois de confessar que muitas luas se passaram sem que recebesse notícia tão agradável como a de minha convalescença...

NAS TRILHAS DE UM GEÓLOGO PIONEIRO⁴

Pedro de Moura

No Brasil, a exploração terrestre de petróleo consistia a princípio, como, em grande parte, ainda hoje, em concentrar estudos e trabalhos nas Bacias do Paraná, Cretácea Atlântica e na Amazônica, mas sob condições bem díspares, quanto a recursos, técnica e conforto material entre a situação vigente no período 1920/1940 e as facilidades hoje fruídas pelos que batalham na tensa frente do petróleo. Um relancear d'olhos pela vida do geólogo pioneiro na Amazônia, durante o período demarcado, subministrará elementos para sopesarmos a carga de perigos e sacrifícios a que ele estava sujeito, por vezes espontaneamente, no desempenho do seu duro mister. Na Bacia Amazônica, a mais difícil e despovoada de todas, Pedro de Moura consumiu boa porção da vida profissional.

⁴ Retirado do livro de Pedro de Moura e Felisberto Carneiro intitulado "Em busca do petróleo brasileiro". 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Gorceix, 1976.

Com a vastidão do seu toldo de matas e um labirinto hidrográfico sem parelhas, comandado pelo rio Amazonas, que a permeia de cabo a cabo no sentido oeste-leste, a Amazônia brasileira engloba integralmente os Estados do Pará, Amazonas e Acre, os Territórios de Rondônia, Rio Branco e Amapá, largo trecho do Norte de Mato Grosso, além de estreita faixa do Norte de Goiás e Oeste do Maranhão⁵.

Uma de suas características fisiográficas é a dilatadíssima planície retalhada pelos rios, de Tabatinga ao estuário do Amazonas, onde jaz a imponente ilha de Marajó. Daquele estuário a planície espalma um gigantesco leque para o norte e para o sul do equador, em desdobramento assimétrico do qual toca ao flanco sul o quinhão mais lato. É nos cortes naturais abertos pelos rios nesta planície que melhor se deixam perceber as exposições de rochas, de sorte que para trabalhos geológicos na Amazônia a chave natural dos cortes desenhava-se ao longo dos rios, daqueles,

⁵ MOURA, Pedro de. O relevo da Amazônia. *Ver. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 5 (3) 1943.

sobretudo, afastados do eixo do grande caudal, cujos sedimentos recentes ou bastante novos, geologicamente falando, pouco ou nenhum interesse envolviam para o técnico de exploração petrolífera extrair deduções.

Aquele mundo de florestas, lagos, igapós (matas inundadas), várzeas, ilhas em multidão, cursos d' água de largura monumental, com as demais feições geográficas – semelhantes, aliás, a fenômenos equivalentes em outros quadrantes com planícies de pequena altitude e clima quente e úmido, equatorial –, sempre assombrou de lendas o espírito do povo e inspirou arremessos literários do gênero “terra imatura”, “inferno verde”, “última página do Gênesis”, pintando a Amazônia como um habitat inacessível aos padrões normais da vida humana. Mas os conceitos errôneos, maléficos, de povo e escritores, foram em parte corrigidos por duas correntes de “aventureiros” ou exploradores distanciados no tempo e nos objetivos.

Formam na primeira corrente aqueles cientistas pioneiros – La Condamine, Humboldt, Spix, Martius, Orton, Bates,

Wallace, Chandless, Agassiz, Hartt, Derby, Barbosa Rodrigues, Katzer e tantos outros – que investigaram *in loco* a fauna, a flora, a geologia e a geografia, começando a descerrar para o mundo as cortinas amazônicas e minuciando-os informações fidedignas sobre a região ignota. Tributaremos a estes cientistas amigos um preito de gratidão e admiração.

A outra corrente “invasora” congregou as levas de caboclos nordestinos, encabeçados pelos cearenses, que, aliciados pela tentação da borracha, precipitavam-se em busca da *Hevea brasiliensis*. Abalaram desde o estuário do Amazonas até o alto Juruá e o Alto Purus, no Acre, cuja incorporação ao território brasileiro, em verdade, é um capítulo inscrito em nossa História pelos destemidos seringueiros. Os estudos dos cientistas, complementaram-nos eles com uma obra desbravadora, distendida pela rede de drenagem de inúmeros cursos d’água.

Excetuada a mirabolante viagem de seis meses, na qual, pelos meados do século XVI, Orellana desceu o Napo, ganhou o Solimões, descobrindo e batizando o “rio das Amazonas”

e tocando em sua foz, sem que a Corte espanhola soubesse esgotar a façanha até as últimas conseqüências, a penetração da Amazônia marchou sempre de jusante para montante, contra o caminho natural das águas. Neste sentido se movimentaram, em todos os tempos, colonizadores e mateiros, na eterna perseguição a minas de prata, ouro, pedras preciosas, etc., do leste para o oeste, demandando as fronteiras do Peru, ou para o Norte e para o Sul, com a proa da embarcação constantemente embicada contra o fluxo descendente dos rios. Nunca chegaram a deitar os olhos nos sonhados veios minerais, porém aditaram aos domínios lusos todo um império de glebas virgens, cuja posse o Tratado de Madrid acabou por selar no século XVIII.

Em compensação pela esterilidade da caça às minas, cuidaram paulatinamente os desbravadores de explorar os produtos da terra – entre eles a borracha –, enriquecendo a pauta das exportações brasileiras. Desde o último quartel do século XVIII, ainda retinha pelo

mundo a incursão de La Condamine⁶, eis que a borracha, extraída dos intérminos seringais do vale, ingressou na vida econômica da Amazônia; pelos fins do século XIX e princípios deste, a opulência carreada pela borracha para aquele recanto do Brasil permitia a muita gente educar os filhos na Europa, e companhias líricas famosas desfilavam pelos palcos de Manaus e Belém. Mas, à proporção que iam os seringais do Oriente despejando no mercado sua produção “colonial”, a prosperidade amazônica era golpeada pela tremenda recessão que veio a sufocar numa quase miséria toda aquela economia extrativa. E assim feneceu o incipiente ciclo da borracha.

Sob esse clima de depressão comparecia o SGBM no vale do Maués, a pesquisar carvão, reaquecendo um antigo sonho regional, em breve desalentado pela resposta das perfurações. Pouco depois, entretanto, os estudos geológicos iniciais e as sondagens de petróleo, com o gás natural e os indícios de óleo comprovados em Bom Jardim, Tapajós, de novo

⁶ LA CONDAMINE - *Rélation abrégée d'un Voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Meridionale 1734/44*. Paris, Pissot, 1743.

acenovam com esperanças de estar o Eldorado descoberto, segundo alardeava em manchetes a imprensa de Belém.

O acampamento

Naqueles idos tempos de pioneirismo, o geólogo, fiador de tais expectativas, aturava uma vida monótona, inalterável, dia após dia, na barraca de palha e chã batido, iluminada por lampião de querosene, dentro do acampamento aberto às margens do Tapajós, sem ler nem ouvir notícias sobre o resto do mundo. Barracas coletivas para solteiros, individuais para a gente casada. Banho o rio, às vezes com jacaré à vista. Só se quebrava a monotonia quando, de 40 em 40 ou de 60 em 60 dias, “aportava” por lá o navio da “linha” ou o “navio da companhia” (Amazon River), com jornais, velhos de mais de um mês, alguns, portando novidades como a cotação da borracha. Era ocasião de festa; conseguia-e até apanhar uma pedra de gelo para o acampamento, que podia então refazer o “rancho” e ser reabastecido.

Certa feita, em 1926, logo que se

confirmou a ocorrência de gás natural no primeiro poço, em Bom Jardim, ancorou em nosso “porto”, procedente de Belém, o navio “Tuxaua”. Muitos passageiros foram levados a ver o poço e a chama provocada pela combustão do gás à aproximação de um palito de fósforo aceso. Ao mesmo navio confiamos, endereçadas ao SGMB, no Rio de Janeiro, para análise, uma garrafa com amostra de água salgada que escorria da boca do furo de sondagem, bem como garrafas lacradas contendo gás. No afã de reproduzirem para os demais passageiros a demonstração presenciada junto ao poço, os nossos amigos derramaram numa terrina o conteúdo da garrafa de água salgada e tentaram inflamar o líquido ... Claro que tivemos de providenciar outras amostras para análise no Rio.

Na alimentação, carne seca e conservas regulavam o prato de resistência. De quando em quando, às vezes com intervalo de uns trinta dias, da cidade recebíamos carne bovina ou acontecia comprarmos algum peixe. Verduras não havia. Água, bebíamos a do rio, mas invariavelmente fervida.

Os interessantes vestígios de óleo livre detectados em Bom Jardim, além da vazão de gás, diminuta embora, animam o SGMB a continuar perfurando por ali. Construimos então para moradia um barracão de madeira, repartido em quarto assoalhado e quarto cimentado, cobertura de palha de palmeira, além de um requinte que estávamos estreando no Brasil: iluminação instalada a poder de gás natural, conforto para cerca de três anos. Banheiro ainda era o tapajós, largo de mais ou menos 2 200 metros naquele trecho de seu percurso.

Já em Barreiras - nome denotativo das altas barrancas do rio -, anos depois, precisávamos de banheiro, e dispúnhamos de banheiro com ducha. A própria bomba da sonda supria ao nosso tanque.

Sem médico nem enfermeiro, desconhecidos, aliás, nas cidades mais próximas, Itaituba e Aveiro, não tínhamos alternativa senão investir o cozinheiro nas funções de enfermagem, e era ele quem nos aplicava na veia injeções de azul de metileno, para tratamento de malária! Em média, a quarta

parte do pessoal estava atacada de maleita (terçã, sezão ou paludismo), apesar do uso diário e obrigatório de bicloridrato de quinino; só).

Naquela fase primitiva, pela volta de 1925, de par com as fábulas vivas na região sobre cobras monstruosas e outros animais fantásticos imaginados como donatários de selvas e leitos fluviais, corria o espaço amazônico a balela de serem as febres palustres causadas pela água dos rios, bebida. Muito custou convencer os nossos trabalhadores, caboclos locais, e alguns “cearenses”, ou ex-seringueiros, de que o paludismo era transmitido por uma espécie de carapanã e que a proteção do mosquito de rede, durante o sono, podia prevenir a infecção. Mas, afora a malária e, no Acre, a incidência da terrível leishmaniose, que ainda acometeu geólogos da PETROBRÁS, goza a Amazônia de boa salubridade.

As viagens geológicas

Fazer Geologia significava, em primeiro lugar, explorar os rios em canoas a remo,

destoldadas e expostas às intempéries, para melhor podermos observar todos os detalhes das margens, por entre os cortes naturais rasgados pelas correntes de água. Na primeira viagem, naufragamos em uma cachoeira do Tapacurazinho, de regresso a Bom Jardim. Não foi esquecida a experiência, nos momentos oportunos...

Dia a dia, a jornada, a jornada, sistematicamente, obedecia ao mesmo ritual, até nos domingos, pois não íamos ficar parados na mata somente por ser domingo. Café com bolachas às 5:30h e carregamento das canoas com os nossos pertences, protegidos em sacos de pano cauchados, para a hipótese de naufrágio. Viajávamos até pela altura do meio-dia, sempre levantando os rios - muitos deles jamais cartografados anteriormente -, quando olhávamos um barranco onde pudéssemos esquentar o almoço, de antemão preparado, com o jantar, entre as 3 e as 5 horas da madrugada. Atracávamos as canoas (geralmente duas) e o cozinheiro saía pela mata a catar galhos secos, para entreter o fogo com as trempes. A mesma alimentação para todos:

arroz, feijão, carne seca ou carnes em conserva, salsichas, sardinhas e outros peixes, bolachas. Um forro de lona estendido no chão fazia de mesa, com os homens dispersos por aqui e acolá. Sobremesa, café, arrumação ... e o segundo tempo da jornada. Pela natureza das viagens, só nos servíamos de “louça” esmaltada, restrita ao mínimo necessário, para alívio de volume no transporte.

Além do geólogo, tomavam parte na expedição – conforme a capacidade da canoa, duração prevista para os trabalhos, condições locais do rio a estudar – cinco a sete pessoas, incluindo um capataz e o cozinheiro, que um dia cambiava a panela pelo remo. De acordo com o número de componentes da turma e com o prazo de viagem estimado, calculava-se o “rancho”, providência elementar contra uma possível insuficiência de gêneros, sal, condimentos ou de querosene e pavio para iluminação, em terras desabitadas de onde nenhum suprimento havia esperar, nem mesmo pagando um preço absurdo. Por isso não se pensava em trazer dinheiro, por falta de ocasião de gastar, senão em casos excepcionais .

Habitantes de beira-rio, quase só seringueiros ou exploradores - “castanheiros”, madeireiros, caçadores de peles de animais -, sempre isolados e em grupos muito reduzidos. A baixíssima densidade da população ribeirinha afastava o perigo de poluição das águas fluviais, águas batidas e correntes, de modo que não bis arreceávamos de bebê-las sem ferver e sem quaisquer outras cautelas. No caso único de um rio de águas poluídas, escuras, utilizamos filtros de carvão.

Sempre nos aprovisionávamos de sal suficiente para conservação de peixe e carne de caça obtidos em viagem, com isso melhorando o padrão alimentar e excluindo ao máximo os enlatados. Mais de uma vez pudemos abater quatro ou seis caititus (porcos-do-mato) ou queixadas de bandos surpreendidos, alguma anta e mesmo bastante veados, que nos forneciam carne para muitos dias. Em certos rios, principalmente os despovoados ou menos povoados, onde não se mostravam ariscos, saborosa caça eram os mutuns, pousados nos galhos a seis ou oito metros de altura, em regular abundância, dentro do tiro de nossas

armas. Em outros rios, durante o verão, as tartarugas e tracajás, em grande cópia, presenteavam-nos com um dos mais apetecíveis pratos da mesa amazônica, além de nos deliciarmos com seus ovos crus, tão nutritivos.

Contudo, nem sempre os fados nos ajudam com suprimentos generosos de caça e pesca, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer. E não suspenderíamos os trabalhos, por exemplo, para pescar; à noite, o cansaço tirava a disposição para semelhante lazer. No Oiapoque⁷ tivemos fartura de pescado porque dois índios de malocas à beira-rio, hábeis flechadores e integrantes da tripulação, divertiam-se a “fisgar” uma ou duas dúzias de peixes nas cachoeiras, sem errar uma flechada, enquanto íamos atravessando as canoas.

Dormíamos em acampamento escolhido nas margens do rio, em local, não lamacento, que apresentasse matações de rocha, se possível. Amarrávamos a rede comumente a

⁷ MOURA, Pedro de. Fisiografia e geologia da Guiana Brasileira (vale do Oiaporque e região do Amapá), *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 65, 1934.

duas árvores, sob uma cobertura de lona impermeável, mas não acampávamos em barraca de lona, pelo calor que armazena. No acampamento de dormida, à rotina de viagem de juntava banho no rio e lavagem de roupa, secada muitas vezes ao fogo da cozinha.

Nesse trem de vida se escoaram certa ocasião cinco meses e tanto, em levantamentos geológicos da Guiana Brasileira (Território do Amapá e rio Oiapoque)⁸, onde o condicionamento de tempo e de víveres pôs à prova o nosso sistema de segurança, na cachoeira de Três Saltos. Hesitávamos em transpor a cachoeira com toda a carga e tripulação, ao subirmos pelo Alto Oiapoque, ante o risco de uma demora imprevisível a que nos poderia obrigar o estreitamento dos rios nas cabeceiras. Decidiu-se, então, deixar o capataz e alguns homens em acampamento improvisado, ao pé da cachoeira, com a canoa grande e boa parte da carga, enquanto deslocávamos para o lado de cima as duas Canoas menores, a bagagem pessoal e gêneros

⁸ *Idem.*

para três ou quatro semanas. Ao capataz prescrevemos instruções precisas: se não reaparecêssemos dentro de vinte dias, que continuasse subindo o Oiapoque, com todos os seus homens, à nossa procura; que só abandonaríamos o curso do rio para entrar em algum afluente da margem direita, a margem brasileira; que na foz de um afluente assinalaríamos com dois cortes de machado a árvore mais destacada, caso nos tivéssemos internado por aquele afluente e saído, mas um corte único denotaria que de lá não havíamos ainda retornado.

Assim instruído, o capataz pôde ratificar a eficiência do dispositivo de segurança. Atrasamo-nos um dia, porque determinado índio, engajado em nossa expedição, sentiu receio de fazer o itinerário pelas matas até as nascentes do Jari, e, quando já descíamos o Oiapoque, avistamos o capataz e seus companheiros azafamados na missão de busca e salvamento.

Tranqüilos no baixo curso, encachoeiram-se os rios no trecho médio ou alto, dificultando enormemente o trânsito de embarcações, e

éramos obrigados a desviá-las para uma picada aberta na mata, ou por ali passar a carga, para as canoas vencerem vazias as cachoeiras ou corredeiras.

Por vezes, os remadores sacudiam o tédio da viagem com suas “estórias” ou com cantares nordestinos, mas destes não participava o caboclo amazônico, antes por temperamento que por outros motivos : ou caíam aguaceiros, a turbar a rotina, forçando-nos a improvisar na margem um “tapiri” de folhas de palmeiras para abrigo contra as chuvas.

As “pragas” - nuvens de mosquitos como o pium, o borrachudo ou o minúsculo maruim, na linguagem do caboclo - infestavam muitos rios. Contra esse tormento tivemos de lutar meses no médio e alto Tapajós, durante o dia; rosto e pescoço podíamos defender com o mosquiteiro de cabeça, mas o calor nos impedia de calçar luvas, e as mãos e punhos, impiedosamente picados, ficavam reticulados de manchas sanguíneas, enegrecidas⁹. À noite assaltavam os bandos de carapanãs, ou

⁹ MOURA, Pedro de. Reconhecimento geológicos no vale do Tapajós. *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 67. 1932.

pernilongos, dos quais os raros moradores daqueles ermos costumam livrar-se “telando” as janelas com anteparos de pano¹⁰. Em certo trecho do rio Gurupi, entre o Pará e Maranhão, fomos ferozmente molestados por mutucas, que não poupam quem por ali transita de canoa¹¹.

No acampamento de sondagem, a feição de rotina chegou a experimentar o impacto das formigas de correição, que em coluna cerrada, aos milhares, invadiam as barracas, perseguindo animais e insetos, arrasando tudo quanto havia à sua frente.

As características da excursão geológica podiam variar conforme as condições geográficas da área a visitar, como o Norte de Mato Grosso, para onde a navegação pelo Tapajós seria exaustiva e perigosa, dependendo de longo tempo e de recursos que nos faleciam. Para estudar aquela área até então desconhecida geologicamente¹², aproveitamos o ensejo da viagem de um comerciante amigo,

¹⁰ Idem.

¹¹ MOURA, Pedro. Rio Gurupi. *Boletim do Serviço Geológico de Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 78, 1936.

¹² MOURA, Pedro de. Reconhecimento geológicos no vale do Tapajós. *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 67. 1932.

residente na foz do São Manuel, no alto Tapajós - o Sr. José Sotero Barretto. Com três tripulantes numa lancha a gasolina, subimos o rio encachoeirado, transpassado corredeiras com auxílio do braço humano. O motor acusou defeito, e defeito irreparável, mas, por sorte, em um ponto morto do rio. Ali demoramos doze dias, acampados no “porto” de uma pequena barraca de seringueiro, “rancho” esgotado, comendo “xibé” - uma mistura de farinha com água -, até que uma embarcação da “linha” nos transportou ao destino, lancha a reboque. Procedemos a levantamento nos rios Juruema, São Manuel, Cururu e em muitas aldeias de índios mundurucus, para regressarmos em outra jornada arriscadíssima, descendo cachoeiras numa lancha a motor, cujo piloto, João Laje, tradicional cidadão de Itaituba, sofria de catarata: na cachoeira que tem a denominação de “Capoeiras”, errou o canal, montando a lancha nas pedras. Para ventura nossa, ela resistiu¹³ ...

Não eram só os estorvos naturais e o

¹³ MOURA, Pedro de. Reconhecimento geológicos no vale do Tapajós. *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 67. 1932.

desconforto. Em mais uma circunstância, por ausência do nosso chefe imediato, o obsoleto Código de Contabilidade da União nos obrigou a interromper trabalhos de interesse geológico para o País e comparecer à Delegacia Fiscal de Belém, onde íamos cumprir formalidades burocráticas que fixavam prazo de 90 dias para a prestação de contas de adiantamentos recebidos. Essas disposições podiam ser aplicadas no Sul, de modo algum na Amazônia, porque importavam em prejuízos de monta às atividades oficiais, pelo corte nos programas estabelecidos. E custava muito caro não atender à tirania burocrática. Em 1933, as filigranas formalísticas nos tomaram duas semanas de caminho do Amapá até Belém. Calógeras não perdoou de acerbas críticas, em obras suas, normas tão despropositadas, que opunham inúteis entraves a uma ação pacífica e eficiente do Ministério.

Óbices inesperados, como o engajamento de mão-de-obra, complicavam mais ainda algumas viagens. Tal a situação com que nos havemos em Clevelândia, quando ali ficamos retidos mais de duas semanas, caçando

remadores para completarem nossa tripulação de um capataz, um batedor, o cozinheiro e um ajudante, na expedição Oiapoque acima. Todos os candidatos inscritos deixavam de acudir na manhã seguinte, apavorados com os boatos de índios bravios coalhando as margens do alto Oiapoque, até então intocadas de outra presença humana. Por fim, arrebanhamos seis homens e partimos às 14:30 horas, contra os nossos hábitos de madrugar. Conseguimos assim tripular as três canoas em que nos soltamos nessa viagem de três meses, sem nenhuma comunicação com o mundo e sem que ninguém soubesse notícias de nós¹⁴.

Com o tempo, apesar de tudo, ia o progresso saneando a vida amazônica através de comunicações, transporte e iluminação elétrica. Em 1929, o nosso acampamento de Itaituba – cidade ferida pela tremenda crise da borracha, então habitada apenas por 330 pessoas, recenseadas por Pedro de Moura e Cláudio Couto, agente do correio, cidade que é

¹⁴ MOURA, Pedro de. Fisiografia e geologia da Guiana Brasileira (vale do Oiaporque e região do Amapá), *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 65, 1934.

hoje ativo entroncamento rodoviário - estava equipado com receptor de ondas curtas, um dos primeiros, talvez, instalados na Amazônia; e em Barreiras um gerador de corrente contínua alimentava as baterias do receptor, ao passo que a cidade ganhava acesso à radiotelegrafia. O bicloridrato de quinino, contra a malária, foi substituído por medicamentos mais eficazes, a plasmocina, atebrina, o aralen etc. Pois com tanto progresso que hoje “banha” o vale amazônico, não se extinguiram os temores a índios cavilosos e hostis.

Nossa experiência pessoal é entretida de recordações bem mais amenas com respeito ao *animus* dos nossos indígenas. No Tapajós, Gurupi, Oiapoque, Alto Moa ou no Oriente Peruano, dormimos em malocas e jamais se nos deparou razão de queixa. No rio Cururu, alto Tapajós, em 1926, visitamos também malocas de munducurus, entre elas a de Capicpi, a maior da tribo, em uma clareira de campo natural onde residiam cerca de cento e vinte silvícolas. Falávamos alguma coisa de sua língua (tupi) e sempre nos entendíamos perfeitamente. Em 1928, acompanhados do

colegal Aníbal Alves Bastos – que fora na comitiva do Diretor Eusébio de Oliveira, em inspeção aos nossos trabalhos –, divisamos ao fundo de pequeno estirão, contíguo a uma curva do rio Maecuru, a linda cachoeira da Pancada Grande, e lá em cima, vigiando-nos em guarda, nas pedras, um índio armado de arco e flecha. O nosso “guia” Lourenço, o qual vinha por todo o trajeto gabando-se de intimidades com os índios, propôs que imediatamente virássemos de bordo perante aquela aparição ... Teimamos em avançar até um remanso, ao pé da cachoeira, para atracarmos a canoa. Pedro de Moura saltou só, foi subindo e sem dificuldade confabulou com o índio, cuja mulher estava agachada atrás de uma pedra. Ele conhecia mesmo palavras de francês, aprendidas na convivência com gente da Guiana, lá pelas cabeceiras do Maecuru.

Verdade é que em mais de uma ocasião nos vimos em papos-de-aranha diante de lances perigosos. Mas a desconfiança e hostilidade dos índios prendem-se, antes, a um gesto de defesa contra os excessos, abusos e exploração a que os têm submetido brancos inescrupulosos e ...

civilizados. Junto ao rio Cururu esbarramos em um indiozinho de seus oito anos, olhos verdes...

A um desses lances delicados estivemos expostos em 1926, no alto Tapajós, durante a nossa primeira viagem àquela área, de barco a motor, em que um comerciante transportava mercadorias para negociar com os indígenas. Mal-pecado, uma epidemia de sarampo acabava de dizimar os munducurus, os quais, por artimanhas de um cearense muito astuto, concorrente do comerciante, mas inferiorizado naquela modalidade de transporte, foram persuadidos que o sarampo se originava de gases venenosos emitidos pelo motor da embarcação. Boa acolhida tivemos na maloca Capicpi, a mais importante; enquanto nos dirigíamos a outras, porém, éramos espreitados em curvas do rio por índios com seus arcos e flechas. Em uma das malocas, homens ausentes, as mulheres nos receberam gritando e esbravejando, batendo os pés no chão, e apontavam as sepulturas recentes, dentro de casa, embaixo das redes, onde os munducurus enterram seus mortos. Afinal, serenamos o ambiente, explicando da melhor maneira

possível as razões de nossa presença e esfriando a intriga sobre as causas do sarampo.

Trances dramáticos vivemos também, exploradores pioneiros, por desconhecimento de certos pressupostos. Por exemplo, em 1931, na subida do Oiapoque, recrutamos da margem francesa dois índios, para nos servirem de “línguas” (intérpretes) em caso de necessidade. Um deles, rapaz inteligente, com cerca de dois meses de convivência diária começou a compreender nossas conversas em português. Nas cabeceiras do Oiapoque, zona de Tumucumaque (serra que, por sinal, não existe ...), ordenamos-lhe que nos acompanhasse pelas matas, a pé, em direção às nascentes do Jari, afluente da margem esquerda do baixo Amazonas. Tencionávamos, bem que sem ordem superior, descer por aquele rio até o Amazonas, arredondando uma viagem de grande expressão geográfica e geológica, decisão assentada ao nos acercarmos do divisor de águas, entre o Oiapoque e o Jari. Alcançado este rio, ficaria completa a tripulação com os homens procedentes da cachoeira de Tres Saltos, no Oiapoque; as suas malocas

devolveríamos os dois índios, e a Clevelândia dois tripulantes, ali engajados e que se incumbiriam de recambiar o par de índios . Nas margens do Jari construiríamos novas canoas, provisórias, de tronco de palmeira, até podermos trocá-las por outras de madeira adequada, tal como no Acre haveríamos de montar canoas para navegar pelo Tapiche abaixo, no Peru.

Mas o índio se recusou a marchar conosco. Em português lhe ponderamos que, embora homens de cidade, não estávamos cansados. Três vezes levantou ele a flecha contra nós e, ante a gravidade do momento, o nosso batedor Adão não hesitou em “colocar bala na agulha” do rifle, impelindo-nos a intervir para que não atirasse. Cancelamos a caminhada ao Jari. Acalmado o incidente, esclareceu-se o comportamento do índio: mais que nós mesmos, ele estava atemorizado com os vestígios de recentes tapiris de silvícolas, talvez da região, que andariam caçando por aquelas matas. Segundo crença dominante, seria o alto Oiapoque habitado nas cabeceiras por índios

urucuianas¹⁵.

Em 1937, apesar de melhor informados e um tanto afeitos a contatos com indígenas, não fomos bem-vindos quando, impedidos de acampar entre os alagadiços locais, de noite, inesperadamente nos achamos em um aldeamento do rio Ramón, a poucos quilômetros da fronteira do Peru, nos confins ocidentais do território brasileiro. Diante das mulheres e dos meninos que contra nós vociferavam, numa linguagem ininteligível, sem acorrer nenhum homem para conversar conosco, propusemos, sem acorrer nenhum homem para conversar conosco, propusemos, sem resultado, se chamasse o “capitão” . Perdidas quase duas horas em vãs explicações, mandamos o capataz pegar o nosso saco de roupa, de onde retiramos uma garrafa de gin, fechada. Abrimos a garrafa, enchemos um copo e voltamos a insistir pelo “capitão”. Manobramos com a paixão do índio pelo álcool. Ao cabo de alguns minutos surgia ele ao nosso

¹⁵ MOURA, Pedro de. Fisiografia e geologia da Guiana Brasileira (vale do Oiaporque e região do Amapá), *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 65, 1934.

encontro e escorropichava todo o conteúdo do copo. Tememos pelo efeito, tal a quantidade de álcool ingerida. O tumulto amainou, e perto da meia-noite pudemos aquecer o jantar. Distribuímos cigarros, espelinhos, colares, contas etc., acamaradamo-nos com os índios. Ao outro dia,, preveniu o “capitão” que jamais caíssemos na imprudência de bater às portas de malocas durante a noite. Guiou-nos ao marco da fronteira e ao rio Tapiche, pelo qual prosseguimos até a cidade peruana de Requena, no Ucayali.

Nessas andanças erráticas pelas florestas e rios amazônicos, por entre malocas e aldeamentos, verificamos que a imprecisão dos mapas registrava meridianos com diferenças de algumas ou muitas dezenas de quilômetros para a posição verdadeira. Graças a um treinamento intensivo ministrado pelo técnico Romeu Marquez, então do Observatório Nacional (e hoje capitão de indústria), introduzimos a determinação de coordenadas geográficas com teodolito astronômico e cronometro de tempo sideral, reformulando mapas ; e um deles, publicado, veio a orientar

em 1943, por indicação do eng^o Paulo de Assis, o vôo pioneiro do comandante Luis Coriolano Tenam, entre Santarém e Cachimbo, porque o próprio comandante achava muito deturpado o mapa internacional, na escala de 1:1 000 000. Os jornais da época foram informados a esse respeito.

No Acre, especificamente, entre 1935 e 1939, lacunas semelhantes influíram para modificarmos a rotina dos trabalhos, que se basearam no levantamento dos rios e deslocamento pelas matas. O intento era explorar outros rios, ganhando tempo, e colher na faixa mediterrânea informações geológicas úteis, que pudessem enriquecer a amostragem e nortear correlações técnicas. Efetivamente, no Acre, os afluentes do Juruá figuravam nos mapas sem o rigor dos levantamentos; a Comissão de Limites fixou com exatidão a linha de fronteiras, não se preocupando com o mapeamento potamográfico. Ora, estribados em sólidas amarrações – marcos de fronteira e coordenadas de acidentes geográficos, como certas cachoeiras – para fechamento de mapas, traçamos um reticulado de linhas onde

enquadramos o nosso programa de ação pelo Noroeste do Acre¹⁶.

Foi montado um acampamento central, de barracas de palha, em ponto fixado na margem direita do rio Azul, a 10Km da fronteira com o Peru, por uma turma que de Cruzeiro do Sul se dirigira para o curso superior daquele rio, afluente do Moa. Da cidade partimos a estudar o Paraná dos Mouras, afluente da margem esquerda do Juruá. Numa situação em que, pelos nossos cálculos, devíamos estar próximos dos companheiros vindos do acampamento recém-instalado, por um pique aberto na mata, disparamos à noite, espaçados, dois tiros de rifle, o sinal combinado, igualmente respondido. No outro dia se dava o encontro, na margem esquerda do Paraná dos Mouras. Enquanto nos retirávamos para o acampamento, por terra, os remadores de nossas duas canoas tornavam com elas para Cruzeiro do Sul e de lá tomariam o rumo do acampamento central.

Daquela base no rio Azul, durante três

¹⁶ MOURA, Pedro de & WANDERLEY, A. Noroeste do Acre, reconhecimentos geológicos para petróleo. *Boletim do SFPM*, Rio de Janeiro, 26, 1938.

meses, exploramos toda a área entre o Juruá e o Moa, amarrando os levantamentos nos marcos de fronteira, e determinamos coordenadas fora da fronteira. Nossos levantamentos ficaram assim amparados nos excelentes dados da Comissão de Limites que, sob a chefia do Almirante Ferreira da Silva, ali estivera operando havia cerca de dez anos.

Para a serra do Divisor, limite do Brasil com o Peru, seguíamos primeiro em pequenas canoas, rio acima, e depois a pé, por seus leitos, quando eles se reduziam a filetes de água. Na zona da serra, muitas vezes mandávamos alguém grimpar a uma árvore de porte mais elevado, para nos indicar terras altas cujos bons afloramentos permitissem valorizar as observações geológicas; marcávamos a direção pela bússola e avançávamos por aquele caminho. Em sentido contrário, da fronteira para dentro, descíamos a pé os filetes de água, até a profundidade nos impor o uso de nossas canoas de paxiúba, espécie de palmeira muito apropriada para esse mister. Em poucas horas improvisávamos duas ou quatro embarcações, que precisavam ser atracadas aos pares, por

falta de estabilidade suficiente¹⁷.

Acontecia convergirem duas turmas para um dos postos de reabastecimento mantidos na selva, debaixo de um toldo e sem nenhuma vigilância. Depois nos separávamos, com diferentes tarefas a cumprir, designando para nova conjunção um acidente geográfico mapeado pela Comissão de Limites, mas desconhecido para nós. E na data preestabelecida estávamos reunidos.

Numa viagem até a fronteira, pelas cabeceiras do Paraná dos Mouras, depois de fechar o levantamento no marco nº 65, procurávamos identificar ao longo da linha demarcatória, que é um divisor de águas, as cabeceiras do Juruá-Mirim, afluente da margem esquerda do Juruá. Depois de dois dias, fomos investigando o percurso de um fio d'água que da nascente descambava francamente para o leste, parecendo-nos talvez um tributário do Paraná dos Mouras. As areias da minúscula corrente exibiam distintas impressões de pés humanos, de índios, com certeza, em trânsito

¹⁷ MOURA, Pedro de & WANDERLEY, A. Noroeste do Acre, reconhecimentos geológicos para petróleo. *Boletim do SFPM*, Rio de Janeiro, 26, 1938.

por ali horas antes, pois nas véspera, à noite, chovera forte, e as enxurradas teriam lavado sinais menos recentes. Tais enxurradas eram os violentos “repiquetes” quando percorríamos a pé os leitos d’ água, onde a correnteza era desabalada e a profundidade aumentava subitamente. No terceiro dia, o curso daquele riozinho inflectiu para sudeste, denunciando-se o Juruá-Mirim, com um desenho bastante diferente do que constava nos mapas.

Certa manhã, ao nos abeirarmos de uma corredeira, percebemos no barranco um caboclo empunhando arma de cano longo, pronto para abrir fogo contra nós. Receosos de que nos tomasse por invasores peruanos, por causa dos culotes cáquis, em estilo militar, aos brados argüimos a nossa qualidade de patrícios. Mas aquele morador de barraca perdida em lonjuras tais era um foragido da Justiça de Cruzeiro do Sul, por homicídio, e desconfiava de batida policial para capturá-lo . Precavidamente, estacionava à boca de um “varadouro”, por onde em breve caminhada se afundaria pelas matas peruanas, imune à ação da Justiça brasileira e aos riscos de uma vindicante

extradição.

Se um caboclo estranhava a nossa chegada do alto rio, também se surpreenderam os habitantes do lado peruano quando nos viram descendo o Tapiche, a partir das cabeceiras, nos confins fronteiriços. Primeiro, um peruano, que nos cedeu sua canoa (devolvida no retorno); depois, um cearense, residente no Peru, fazia 30 ou 35 anos, e cuja moradia "Fortaleza" homenageava a capital do Ceará. O mais era o rio deserto, que levantamos em 14 dias.

Noutra viagem, com o Dr. Roberto Valverde, mediante autorização do Governo peruano, atravessamos a fronteira com os colegas A. F. Lavanère-Wanderley e João Neiva de Figueiredo; atingimos Requena, no Ucayali, de onde largamos até Contamana, sempre de canoa; continuamos pelo rio Cashiboya acima e fomos apanhar numa exsudação alguns litros de petróleo. Determinamos com teodolito as coordenadas de sete locais no Tapiche, bem como as do olheiro de petróleo, sendo calculada a distância da exsudação à fronteira : 36, 5 Km.

Nossas campanhas exploratórias no Acre serviram de roteiro de sondagens ali para o

DNPM, de 1937 a 1939; para o CNP, de 1939 a 1944; e para a PETROBRÁS, de 1957 em diante, com cinco poços durante a superintendência Link, três durante a superintendência Moura, e outros, nos últimos anos, quando se recomeçou a exploração em face de áreas petrolíferas vizinhas descobertas no Equador e Peru, revalidando o esforço de antanho pela decifração do enigma do petróleo na esquiua, mas sedutora, bacia sedimentar.

A moderna tecnologia foi suavizando gradativamente a vida dos geólogos pioneiros na Amazônia, e em 1936 o nosso acampamento central, no Acre, já gozava as comodidades da radiotelegrafia, assistência médica e alimentação mais equilibrada. A PETROBRÁS introduziu acampamentos flutuantes (fig. 6), com serviço médico, radiofonia e mesmo ar condicionado; para as viagens pelos rios, canoas leves, de alumínio, e acampamentos dotados com transmissores de rádio; e outras modalidades de bem-estar. Sem embargo, as condições gerais ainda estão pejadas de sacrifícios desafiadores.

OS ESTUDANTES E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE OURO PRETO

Simone Monteiro Silvestre¹⁸

Se a gente levar em conta a participação dos estudantes, o único problema que eu acho é que, se essa república ela convive com a cidade, então tem de fazer parte desta cidade e acatar as regras desta cidade. Isto acontece em qualquer lugar do mundo. E por qual motivo aqui em Ouro Preto seria diferente?

O estudante faz parte da cidade de Ouro Preto, que tem um componente histórico de uma cidade estudantil. Se você pega na evolução histórica da cidade, ela tem a partir do momento no final do século XIX o seu papel fundamental de um centro irradiador de educação, de ensino. Portanto, como no Arquidiocesano, que me parece era um internato, um semi-internato, que atendia esta região toda, como pela Escola de Minas e Escola de Farmácia que estão aí antes da própria fundação da Universidade, a

¹⁸ Texto reproduzido a partir do depoimento da autora ao pesquisador Otávio Luiz Machado.

criação da Universidade, com cursos reconhecidos. Então, ela tem um papel que vai muito além disto tudo.

A vida do estudante na cidade, não sei se a retirada das repúblicas [resolveria], mas tem que ter uma regra de convivência e de civilidade. Não importa ela ir lá pra a Bauxita, se na Bauxita, você tem morador também que vai reclamar do barulho que ela está fazendo. Ou seja, regras de civilidade e de convivência, elas existem em qualquer parte do mundo. Não importa se é no centro histórico de Ouro preto ou se é na cidade de Mariana, ou se na cidade de Caeté, ou se na cidade de Ponte Nova. Não é, você tem que ver que as regras de civilidade e de convivência existem em qualquer lugar. Então, não é isso, é o ordenamento. A gente fala que todas as coisas podem acontecer desde que elas obedeçam as regras que existem na cidade, que são os códigos, são as leis. E tudo pode acontecer, desde que você se organize. É a organização que vai valer isso. É o morador da república se conscientizar que ele não vai poder fazer os cômodos aos fundos – que a gente chama de “combrinhos” – de qualquer forma, porque ele está mexendo num bem que tem importância dentro do conjunto urbano. Ele também não vai poder fazer e botar o som na maior altura, porque

mora a dona Maria, que é uma senhora velhinha do lado, ou mora uma criança do lado, mora uma família que tem as suas necessidades, também. Da mesma forma que a moçada tem também a necessidade da festa, a família tem necessidade de sossego. Então, vai ter que casar o sossego de um com a festa do outro para que todo mundo saia feliz nisso. Então, as regras de convivência que elas tem de ser estabelecidas e ficar muito claro para quem está chegando aí. Este é o papel importante, porque a universidade ela tem o seu papel histórico, tem o seu papel cultural , social, dentro da comunidade. A gente não pode negar. Eu acho que não existe esta questão de você negar. É só organizar.

Eu acredito que a partir do momento que o estudante que chega recebe informações de que cidade é esta, e qual a importância que ela tem, com certeza, quando ele sair daqui ele vai estar divulgando estas informações. Agora, se ele chega aqui, passa quatro, cinco anos, e não recebeu informação nenhuma e não conseguiu ao longo destes quatro anos perceber que cidade é esta que ele vive, ele não vai levar informação pra ninguém. A informação que ele vai levar é que é uma cidade legal, que as repúblicas são ótimas, que as festas são muito boas, muito gole, muita bebida, muita mulher.

Mas, a importância de que você mora no maior conjunto urbano tombado do país, que é uma cidade síntese do barroco, é símbolo da preservação nacional, da memória nacional, aí se ele não recebeu estas informações com certeza ele não vai achar que isto seja importante. Não é porque ele seja um estudante das exatas que ele não tenha que ser sensibilizado para a importância do patrimônio cultural nacional. Não vou falar que só o estudante de história, só o estudante de letras, que vai ter que ser sensibilizado. Não! Todos os estudantes, os usuários destas casas eles tem que estar atentos a esta questão. Hoje a gente sabe que existe uma grande, a gente identifica uma série de rixas entre os moradores e as repúblicas, pelo próprio desrespeito destes estudantes, por acharem que como eles são passageiros, eles podem usufruir da cidade da maneira que bem a prozer. Então, a gente hoje tem uma relação muito conflituosa.

A MINHA PREOCUPAÇÃO COM AS JUVENTUDES OURO-PRETANAS

Reinaldo do Atlético

A República Aquarius é uma “república” tradicional aqui de Ouro Preto. Ouro Preto que sempre teve está freqüência de todos os mineiros de todos os lugares e mesmo fora de Minas Gerais. Os estudantes aqui e a “república” marcam uma época também importante na vida do Brasil. Na época, quando fundaram a República, Ouro Preto tinha uma efervescência política e cultural.

Os estudantes da República Aquarius sempre tiveram esta participação. Hoje é outra época. Hoje a gente tem uma outra postura. Houve uma evolução muito grande. Mas mesmo assim o meio estudantil é muito rico em tudo: em ousadia, no aprendizado, na vivência e nas novas experiências. Então, esta “república” aqui realmente tem uma história grande aqui em Ouro Preto. As festas, as datas

e as comemorações como esta confraternização de hoje tem o esporte, porque a gente acredita que o esporte é um meio muito eficaz para a sociabilidade, a integração e a confraternização. Então, como o futebol que é uma prática física e que precisa também de um espaço. E aqui vocês têm um espaço aí que deve ser preservado.

Aqui estava conversando com alguns estudantes como o Maruzzo e o Rogério, falando desta área de esporte e de lazer. A casa acomoda muito bem os estudantes, mas essas áreas de esporte e de lazer têm de ser preservadas. Eu me coloco do lado dos estudantes. E se hoje não tivesse esta área de lazer a festa ficaria muito fechada. E aqui se tem um espaço deste. E a gente vê uma festa muito bonita, uma juventude linda, umas gatas maravilhosas. Então, nisto tudo a gente começa a ter muita esperança e muita fé aqui em Minas Gerais pelos profissionais que estão se formando aqui em Ouro Preto em todas as áreas. É muito bonito a gente ver o desenvolvimento e o aprendizado da juventude.

Quando eu fui Deputado pela primeira vez fiz a primeira Emenda da Constituição de Minas Gerais, colocando esporte e cultura como prioridade da Lei. Eu tenho muito orgulho de ter dado esta contribuição aqui no nosso Estado ao assegurar estes dois setores que são importantes na nossa sociedade e na nossa comunidade.

Então, aí hoje eu continuo participando, influenciando. Estou sempre atento a todos estes movimentos tanto esportivos como culturais. Eu sou Presidente do Belo Horizonte Futebol e Cultura, que é um clube que tem estas diretrizes: que é através do esporte e da cultura como componentes de integração da comunidade. Então, a gente aqui incentiva, sim, a “república” aqui. O meu campo - eu tenho o Estádio do Rei indo daqui para Belo Horizonte - está lá à disposição para qualquer atividade que vocês queiram fazer, também com essa convivência e esse relacionamento. O meu mandato, além de ter a base de esporte e de cultura, tem também uma tribuna livre, uma tribuna aberta à comunidade. Com certeza, eu estando na Assembléia Legislativa, a República

Aquarius e as outras terão a tribuna de representação para que a gente possa desenvolver nas nossas posições.

Ouro Preto é Patrimônio da Humanidade. A cidade de Ouro Preto é belíssima. É um outro astral. A cidade que te envolve, você sente a cidade de Ouro Preto. Cidade linda. E eu graças a Deus desde pequenininho freqüento Ouro Preto. Eu gosto até do frio (daqui). Então, aí eu acho que sim. A cidade tem todo este potencial e toda esta herança cultural. Ouro Preto já foi Capital do Estado e é um ponto em nosso planeta. E eu acho que as pessoas que vivem não vivem só de cultura, só deste patrimônio. Nós devemos incentivar a prática do esporte. E isto, sem dúvida, eu acho que a gente deve estar participando, chamando a atenção da administração para que continue a fomentar o esporte e a cultura.

Eu acho que o esporte universitário seria o grande suporte para a sociedade se as Universidades incentivassem mais esta prática. As Universidades têm até o espaço para estas práticas. Mas estas práticas ficam como apenas uma coisa recreativa. E poderia, também,

dentro da Universidade fazer o esporte como uma formação de talento, também. Já a Universidade que tem todo o corpo docente ali poderia formar não só o homem ali, mas formar o atleta também, com o acompanhamento multidisciplinar. A Universidade tem a condição de fazer o acompanhamento multidisciplinar do atleta. Ela tem a estrutura, tem o espaço para a prática, tem a matéria, tem os elementos, tem os garotos ali que gostam de futebol e tem talentos ali. A Universidade devia fazer esta formação, principalmente em um país pentacampeão do mundo onde todo mundo sabe jogar bola. E se a Universidade faz um time com certeza seria um dos times mais competitivos pela estrutura e pela capacidade que ela tem para fomentar e organizar o esporte. Então, eu acho que ela deveria ter este papel decisivo, como é nos Estados Unidos.

Temos exemplos bons. Nos Estados Unidos, a Universidade participa diretamente do futebol de competição. Futebol profissional até. É preciso ter esta vontade política. A Universidade precisa despertar para este futebol competitivo, este futebol de formação

de talento, porque aqui em Minas nós temos tudo; nós temos a melhor qualidade do jogador do mundo. Nós não podemos deixar esta juventude perder este talento.

Deve se incentivar todos os esportes, formais e não formais. Agora, cada cidade, cada Estado e cada país tem as suas características, tem os esportes que tem mais afinidades e aptidões. Está mais encaminhado para certos esportes. Eu falo de futebol porque fui jogador e o Brasil é a grande mina de jogadores. Jogador brasileiro é outro quilate. Nós estamos assistindo futebol mundial hoje e a gente vê a diferença na qualidade técnica, no refinamento no trato da bola. Eu acho que cada região pode incentivar outros esportes. Tem regiões que tem a prática de outros esportes muito bem. O brasileiro tem facilidade para qualquer esporte. tem que ter esta atividade esportiva. O esporte é importante não só na formação física como também na formação do espírito. Eu acho que a prática do esporte é primordial, é necessária. Eu acho que essa juventude não deve relaxar e se acomodar. Deve procurar ter um corpo são para ter uma mente sã.

Eu acho que o jovem que está aqui em Ouro Preto já tem o seu objetivo traçado, que é obter a sua formação acadêmica, buscar todo o conhecimento e se preparar da melhor maneira para ingressar aí na vida e na sua atividade profissional. E todo jovem sabe o que é necessário nesta fase de estudo e de dedicação para que realmente ele venha a ser um grande profissional, porque não vai perder o tempo e se formar um mal profissional. Então, já que está aqui diverte, zoa e tudo. Mas tem que sair daqui esperto, como um bom profissional. E aí a vida é isto: a vida tem os seus obstáculos. E a gente nunca deve desistir. O bonito e o interessante da vida é você viver as dificuldades e as alegrias da vida e ter paz, paz, orar, louvar a Deus, porque o resto é vaidade.

OURO PRETO JAMAIS VAI PERDER A IMPORTÂNCIA QUE TEM NA HISTÓRIA DO BRASIL

Lô Borges¹⁹

No final da apresentação de Lô Borges e Milton Nascimento, na Praça Tiradentes de Ouro Preto, durante o Festival Coração de Estudante, uma promoção da **União Nacional dos Estudantes (UNE)** e da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG) e da Rede Globo Minas, estivemos com o cantor e compositor Lô Borges. Leia a entrevista realizada por **Otávio Luiz Machado** em 17 de agosto de 2002:

OTÁVIO: Eu queria que falasse primeiramente do que está achando de estar aqui hoje neste

¹⁹ Texto editado a partir da entrevista do autor concedida ao pesquisador Otávio Luiz Machado.

Festival? O que achou das idéias, do ambiente e da cultura estudantil que aqui está evidência?

Lô Borges: Eu acho importante as pessoas se reunirem e organizarem eventos deste tipo pra mostrar a criação brasileira, que é muito grande. Isto para as pessoas se sentirem estimuladas a continuar compondo, a fazer cultura. E quando este evento toma uma dimensão maior é mais legal porque isso se propaga de uma forma interessante e importante.

OTÁVIO: O espaço de Ouro Preto é singular?

Lô Borges: Ouro Preto é uma cidade completamente mágica, histórica, que faz parte do coração do Brasil. As coisas aconteceram aqui. Ouro Preto jamais vai perder a importância que tem na história do Brasil. E nós nos orgulhamos muito como mineiros de termos esta cidade com tanta história e com tanto acervo como Ouro Preto.

OTÁVIO: Nos Festivais de música estudantis vocês tiveram uma participação grande, né?

Lô Borges: Eu particularmente participei de dois Festivais da Canção: um quando eu tinha 17 anos; e o outro quando eu tinha 20 e poucos

anos. Mas, esses Festivais sempre foram uma coisa bacana. Quando eu era mais garoto ainda acompanhava pela televisão os antigos Festivais da Record, que foi onde surgiu Milton Nascimento, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso. Então, a cultura do Festival sempre foi uma coisa propulsora na cultura brasileira.

OTÁVIO: E a música faz parte da consciência política do jovem?

Lô Borges: Claro! A música é um meio de expressão dos mais poderosos: de você pleitear, reivindicar e manifestar o que você sente em relação às coisas que você vive, ao país que você vive, às relações pessoais e às relações sociais.

OTÁVIO: Podemos esperar outras atrações em Ouro Preto com a presença de vocês?

Lô Borges: Se Deus quiser.

OTÁVIO: Deixe uma mensagem ao jovem que esteve aqui hoje, que vieram sentir um pouco do que vocês pensam e sentem.

Lô Borges: Eu queria desejar sorte pra todo mundo, porque nós somos brasileiros e estamos vivendo um momento meio complicado de

turbulência política, mercadológica, financeira e social.

Nós estamos vivendo dentro de uma guerra civil não declarada, em que a violência impera porque as pessoas estão morrendo de fome. Então, o que acho é que a música pode ajudar a conscientizar e que nós temos de tomar uma posição política em relação a tudo que está acontecendo no Brasil.

O NECESSÁRIO RESPEITO À CIDADE DE OURO PRETO

Mestre Juca²⁰

OTÁVIO: O senhor nasceu em Ouro Preto?

MESTRE JUCA: eu sou de Ouro Preto, lá do Morro de São Sebastião. Na minha vida toda eu fui criado lá em cima, naquela parte. Agora eu vou te falar: sempre eu trabalhei desde os 11 anos, eu trabalhava lá perto do chá (...), capinava, roçava, tudo que era serviço bruto eu enfrentei. Até quando cheguei aí no Museu (da Inconfidência)... lá no museu eu trabalhei lá com o Dr. Chico Lopes, ele que era o engenheiro. Eu trabalhei foi em 39. (...) E graças a Deus, pra mim foi bom, muito bom, viu, porque eu devido a trabalhar neste serviço bruto até hoje eu me sinto bem. Eu posso pegar

²⁰ Texto reproduzido a partir da entrevista concedida ao pesquisador Otávio Luiz Machado.

numa picareta, numa pá, e tudo. E você pode ver a minha mão (mostra), minha mão é uma mão bruta. Eu pego num cabo de uma coisa assim, o cabo é que vai sofrer, porque minha mão não sofre mais não. (...) O que eu acho que em Ouro Preto, você sabe o que que é? Que esse povo não respeita as coisas aqui não. O próprio ouro-pretano ele não respeita, porque você pode ver afora estes, ainda vem este pessoal de fora que vive aqui, que enriqueceram aqui, fazendo bobagem aqui. Você vê estes hotéis ali no São Francisco (de Paula). Vem esta casa que eles fizeram ali há pouco, este prédio da São José. Estas pessoas, eles pensam: são poderosos, eles têm dinheiro. Mas a mentalidade deles é pequena. Você vê que numa cidade igual a esta, é difícil evitar isso. Você chega nesta Benedito Valadares e vê estas pedras tudo à vista. Ora, isto aí é uma vergonha pra eles. Eu acho que eles estudaram, estudaram mas eles não respeitam a cidade, não. (...) Lá em Brasília (quando foi receber a homenagem) eu falei com eles: “Olha, Ouro Preto está pedindo socorro, porque cada vez estão fazendo coisas pior em Ouro Preto. Então vocês têm que ver isto!

Agora, eu estou agora em Brasília, estou admirado de ver, é muito bonito, viu". O Niemeyer fez lá a Pampulha, fez Brasília, mas Ouro Preto ele enterrou. Eu acho que ele estava aprendendo e enterrou, porque fazer uma baia no centro de Ouro Preto (refere-se à obra moderna do Grande Hotel) foi a coisa mais... Pra ele, ele pode ter a certeza - eu não sei se até hoje ele não pensa nisso -, porque aquela besteira que ele fez ali... e que agora ali tem uma outra coisa, eles fizeram uma coisa pior: puseram uma piscina na frente. Quer dizer, a gente está vendo dentro de uma cidade igual a essa. Uma cidade se ela é monumento mundial, quer dizer, ela não é só do Brasil, ela é do mundo. Então, gente, respeita! Não faz umas bobagens destas não!!! (...) O que eu posso dizer a você é o seguinte: é que pra mim se é serviço seu... eu admiro muito a pessoa que luta, sabe? Pra fazer as coisas e tudo mais. Às vezes uma coisa não tá boa, você tá vendo que uma pessoa tá fazendo um serviço e que não tá pra aquilo. Você vê pelo natural daquela pessoa. Aí você tem que dar uma força pra ele não desanimar, pra ele ir pra frente. E vai. O engraçado é que

eu tive isto comigo, porque o incentivo é muito bom. E eu graças a Deus tive.

OTÁVIO: qual o maior incentivo que o senhor já teve nesta trajetória?

MESTRE JUCA: o maior incentivo?

OTÁVIO: ou os maiores?

MESTRE JUCA: os maiores pra mim? Quando eu trabalhei ali no Patrimônio (Instituto do Patrimônio) eu fiz um trabalho lá pra Antônio Dias. Também fiz este aqui (mostrando a parte de cima de um cruzeiro da Ponte do Pilar). Então, eles me deram muita força naquilo em tudo. E eu fui me vendo. Depois uns amigos aí, que você vê eu tenho aqui mesmo (mostrando para a Igreja do Pilar), o Padre Simões aí. Tem a Universidade, tem o Doutor Rui (Morão), só vendo. Então, esse pessoal cada um deles me deu esta força. E eu tenho que agradecer. É aonde que eu falo: “Oh gente..”. “Não! Você não tem que nada me agradecer, porque é você que...”. Eu falei: “Eu tenho que agradecer porque é vocês que me dão incentivo”. Inclusive agora, só você vendo, porque o meu filho, por exemplo, que é engenheiro de minas, ele arranhou este negócio lá na Universidade – este projeto lá na Universidade – e está colocando

muita gente... estudante, tudo, naquilo. E mesmo os Professores lá – eu tenho o Armando Wood, que é um grande amigo meu, tem o Osmar, que eles tratam “Kelé”, né? –, só você vendo. Tem também o Uziel, que me projetou na Fundação de Arte (de Ouro Preto, FAOP). Tem a Vera Pinheiro, que também me deu uma força grande também na Fundação de Arte. Depois veio este outro, como é que ele chama? É o novo Diretor, que eu acho que está saindo, se eu não me engano agora. Esqueço até o nome dele. Tem assim o Ângelo Oswaldo. O Ângelo Oswaldo me deu uma força danada, porque para este trabalho aqui (mostra o cruzeiro da Ponte do Pilar), quando ele estava em Brasília ele ligou pra mim poder olhar isso. Eu falei: “Eu vou tentar”. E com esse negócio de tentar até hoje eu estou nisso. Então, são esse pessoal... igual você vê o Ricardo (Ricardo Pereira, da Pousada do Mondego), o Ricardo é um grande amigo que eu tenho. O Ricardo toda vez, só você vê. Eu tenho ele, o pai dele, a mãe dele, que é uma pessoa ótima, também. A gente nota a amizade deles com a gente. Então o que que eu quero mais, gente? Um negócio desse pra mim é muito bom. Agora você vê, lá na Universidade: os Professores, aquele pessoal todo lá, como me trata... um me grita, outro mexe comigo.

OTÁVIO: *e a sua vinda para a Universidade?*

MESTRE JUCA: *vim para a Universidade justamente na época eu estava mexendo lá com o Ricardo (Pousada do Mondego). Então, o Dr. Theódulo (que era Reitor da UFOP em 1976) me convidou pra ir pra lá (UFOP). E fiquei lá mais quinze anos. Foi em 91 que eu aposentei de novo. A idade minha já estava com quase 70 anos, né?*

OTÁVIO: *estava trabalhando em obras?*

MESTRE JUCA: *só em obras. Eu mexia mais era com a parte de refratários, forno. Eu trabalhava naqueles fornos, geralmente. Pra mim foi onde eu falo com você que foi uma grande escola que eu tive por isso, porque ali eu conheci muita coisa com aqueles desenhos de plantas que vinha do Canadá e tudo (aquilo). Então, eu por mim mesmo colocava e punha aquilo lá e ficava olhando bem como era tudo. (...) A minha vida é essa, porque eu tenho certeza que enquanto eu tiver com essas coisas eu tô vivendo. E no dia que eu sentar e parar, eu vou falar: “Acho que já vou”, porque eu já estou despedindo do mundo mesmo.*

(...)

OTÁVIO: *Na Universidade, quais trabalhos o senhor fez? Trabalhou em “repúblicas”, fez reformas?*

MESTRE JUCA: *eu trabalhava sempre na manutenção destas “repúblicas” todas aí, porque eu trabalhava aí e os pedreiros que trabalhavam comigo... Eu fazia todos estes trabalhos. Então, dentro da Universidade. E dentro de lá e outra...*

OTÁVIO: *pinturas? O que seria?*

MESTRE JUCA: *pinturas, tudo. Esta parte toda.*

OTÁVIO: *o que era esta manutenção?*

MESTRE JUCA: *a manutenção é... você chega aí, qualquer coisa que precisa; se precisa de uma pintura; se tem um cano lá que está estragado; uma água vazando. Então, tudo isto que a gente fazia não só lá como também nos imóveis que dizia que pertencia à Universidade. A gente sempre dava manutenção a isso. E foi o caso. Sempre trabalhando nisso.*

OTÁVIO: *o senhor se lembra de algumas “repúblicas” que tenha trabalhado?*

MESTRE JUCA: *as “repúblicas”, quase estas “repúblicas” todas eu trabalhei nelas. Aqui (no local conhecido como Praia do Circo) tem a (República) Pif-Paf. Tem essas daqui (mostrando a direção ao Rosário). Tem lá cima, né? E aqui na Rua do*

Paraná, também, pelo menos essas “repúblicas” todas ali. Tem a **(República) Marragolo**. Tudo ali eu sempre trabalhei nelas. Quando alguma coisa que um estudante reclamava, que estava precisando disso, então a gente ia lá, olhava e fazia o serviço. Era assim. Então era essa parte toda; tem as “repúblicas” tanto do lado de lado do Antonio Dias como do lado de cá, também, porque tem diversas casas aí da Universidade, né? Então, nessa época trabalhava em todas elas até que depois passou mesmo lá pra cima. A Universidade passou lá pra cima e tudo que foi feito ali no Centro de Convergência eu trabalhei. E tinha aqueles estudantes que morava ali em cima – e que moram lá até hoje – que a gente ficava sempre ali, também, fazendo. Inclusive esta água que foi daqui pra lá foi na época do Dr. Theódulo. Eu dei a ele uma sugestão de trazer aquela do Itacolomy. Mas é que ele falou que não. Queria essa daqui. Então, nós pegamos encanamento daqui de baixo e levamos lá pra cima. Por aí você pode ver.

OTÁVIO: o senhor fala ali perto da Estação?

MESTRE JUCA: aqui do Centro de Convenções. Aquele cano sobe ali e vai parar lá em cima.

OTÁVIO: tinha um poço aqui?

MESTRE JUCA: tem um poço aí, onde ele joga água lá em cima. Ali na Avenida tem uma caixa de água.

A IMPORTÂNCIA DO FESTIVAL DE INVERNO DE OURO PRETO

Jarbas Juarez²¹

A princípio de 60 a 64 eu trabalhava na Revista Alterosa. Eu trabalhei com publicidade. Com o fechamento do Departamento de Artes, eu resolvi me mudar em Ouro Preto. Isto foi em 1966. Fazer o quê em Ouro Preto? Eu vou pintar. E fui para Ouro Preto sem lenço e sem documento. Arrumei uma casa lá. E fiquei lá nessa casa sem dinheiro e sem nada, porque eu não vendia. O que eu pintava o turista não comprava. E ficava naquela casa perto do Restaurante Calabouço. Ficava lá. E gente que não tinha a fazer em Ouro Preto ia pra casa, dormia num colchão velho que tinha lá graças ao João Fortes, que era um dos donos do restaurante Pilão. O Roni também me apoiou.

²¹ Trechos da entrevista concedida pelo autor ao pesquisador Otávio Luiz Machado.

Eles me deram um apoio muito grande. Nesta época tive um apoio muito grande do Nélcio Nunes e do Jader Barroso. Eu acho que foram meus colegas que também me incentivaram, e me deram muito apoio em Ouro Preto. E ali eu fiquei durante uns dez meses. Até que eu voltei e vim dar aulas aqui na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fiquei na UFMG vinte e oito anos. E me aposentei para ter mais liberdade para me dedicar mais ao que eu gosto de fazer, que é pintar e desenhar. E é o que eu tenho feito.

Culturalmente eu acho que o Festival de Inverno foi uma das coisas mais importantes que já teve, como questão em Minas Gerais e no Brasil. Principalmente, no meu ponto de vista, os sete primeiros festivais de inverno, porque eram de caráter internacional. Eram inovadores. Eu tinha alunos de cinco ou seis países que freqüentavam os cursos da gente. E não só os nossos cursos, mas a participação que a gente tinha diante dos outros cursos. A quantidade de teatro, de peça e de música que apresentavam. A participação e a interação que existia das artes plásticas com a música, com a

dança e aquele negócio todo. E no meio da rua também. E de repente Ouro Preto virou um foco da cultura brasileira. Em outros lugares, o Festival não tem aquele clima de festival, de interação entre aluno e professor, de agitação de sair, cantar e agitar. Eu acho que é mais acomodado. Mas enfim a cultura tem que ser espalhada. Ela não pode ser concentrada.

O Festival foi criado na época da ditadura militar. Você nem imagina. Existia liberdade de expressão, mas não existia liberdade da palavra, porque você era vigiado o tempo. Aonde você ia tinha gente que te vigiava. Então, parecia que o Festival e os alunos disfarçavam isso. Tentava cobrir este regime maluco e regime de escuridão que nós vivemos vinte e um anos. No lugar que mais precisava de liberdade você tinha uma liberdade vigiada. Então, isto não é liberdade. E o Festival tentava passar por cima disso. Mas a todo o momento nós sabíamos que a vigilância dos militares estava presente.

GLTA E O FESTIVAL DE INVERNO DE OURO PRETO

Maurílio Torres

G.L.T.A

O Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA) foi criado em 1938 pelo padre José Pedro Mendes Barros, no Colégio Arquidiocesano, onde ele, na época, era professor de Português. Nunca conversei com ele sobre as razões por que deu esse nome ao grêmio, mas acredito que ele seria um admirador, e até uma espécie de discípulo, de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), que era crítico literário e líder católico de grande repercussão, no Brasil e no exterior. Depois que o grêmio se desvinculou do Arquidiocesano, tornou-se uma entidade cultural voltada para os jovens de Ouro Preto, de modo geral, e sua atividade tornou-se mais abrangente e não voltada apenas para suas finalidades iniciais,

que eram o estudo da literatura e da língua. Foi também uma entidade importantíssima, como formadora dos jovens ouro-pretanos, tanto do ponto-de-vista cultural como do educacional, religioso e moral. Talvez, sob esses aspectos, não tenha similar no Brasil.

FESTIVAL

Considero o Festival de Inverno de Ouro Preto o movimento cultural mais importante do Brasil no século passado. Infelizmente - para Ouro Preto e para a cultura brasileira - não foi para frente, em parte por falta de apoio e por um certo espírito provinciano com que se deparou na própria cidade. Acho difícil que possa ser "ressuscitado", pelo menos como foi nas décadas de 60 e 70.

FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA DOCE MISTURA

Virgínia Rodrigues C. Resende (Vivi, Ex-Aluna fundadora da
República Doce Mistura)²²

Em 1982, tomamos a decisão de entrarmos no sorteio para as casas do Morro do Cruzeiro, primeiramente por questões econômicas. Em segundo lugar para ter uma República, uma casa para a qual pudéssemos voltar sempre. Sou uma das fundadoras e me orgulho muito disto.

Para isto, a Bombonière se juntou a Mistura Fina também particular, pois necessitávamos de 20 pessoas para ocupar a casa e poder participar do sorteio. Mas não nos unimos a esmo, como já tínhamos afinidades com as outras meninas, foi mais fácil a adaptação inicial. Precisávamos da casa, mas a preocupação com o relacionamento era um

²² Texto reproduzido e editado do dossiê da República Doce Mistura encaminhado à UFOP em 2008.

ponto primordial e mesmo assim, o início não foi fácil. Alojamento é muito diferente de República, pois nas repúblicas temos espaços em comum e não simplesmente um quarto.

Fizemos várias reuniões para definirmos regras, discutir o nome, a placa, para decidir a compra das cortinas, da geladeira, do fogão e de muitas coisas que precisávamos.

Vivo hoje em Moçambique, sou casada com ex-aluno da UFOP (e da República Senzala). Meu casamento civil foi realizado dentro da República e nos emocionamos ao lembrar disto. Na época nossa família não entendeu muito bem, mas sei que hoje entendem, porque para nós os nossos amigos eram parte importante nas nossas vidas, assim como este lugar ainda é meio mágico para a gente. Moramos longe, mas fazemos questão de retornar ao menos uma vez por ano nas nossas casas. Aqui e em todos os lugares por onde passamos conhecemos pessoas de Ouro Preto. percebe-se claramente que a turma de Ouro Preto é adaptável a qualquer lugar, não tendo medo de encarar as adversidades do mundo,

muito diferente do que se passa com pessoas formadas em outras partes do Brasil.

Penso ser fruto do bom relacionamento dentro das Repúblicas, onde as pessoas se relacionam como uma grande família, em momentos de angústia, tristeza e alegrias compartilhadas. Família a gente não escolhe, mas amigos é a família que nos foi permitido escolher. Que a escolha baseada em afinidades e linhas de pensamento possa se perpetuar, sem o preconceito por poder aquisitivo, cor, raça, convicção religiosa. Talvez seja o segredo do sucesso pessoal de quem se forma nesta Universidade: o respeito às diferenças.

Neste final de semana tivemos a oportunidade de reencontrarmos aqui três casais ex-alunos da UFOP, todos muito bem sucedidos, vivendo longe, mas com uma eterna saudade de suas “casas” em Ouro Preto. Todos com famílias constituídas e com o desejo de sempre poder voltar, de poder mostrar aos seus filhos um verdadeiro exemplo de relacionamentos duradouros.

NO MEU TEMPO ... (MEMÓRIAS DO CONSULADO)

Silvio Vilar Guedes

Apelo, ordem, pedido, ou o que quer que fosse, vinha, ao cair da tarde, aos berros, na trovinha da “Perpétua”:

“Esta ‘véia’ é uma Santa.
É uma Santa Teresa ...
Oh! ‘Véia’, alarga o passo
E põe a bóia na mesa...”.

Isto ocorria ao cair da tarde soava como uma sineta chamando para o jantar. Naquele salão enorme do Consulado, assentavam-se nos dois longos bancos, os primeiros a chegar, os mais esfaimados, à espera dos quitutes da ‘veia’ Teresa.

O papo começava. Para quem não ia ao cinema depois do jantar o papo continuava horas a fio. Ia do grãozinho de ervilha à cosmogomia universal; ia da unha encravada à paraapsicologia. Esse papo longo, entusiasmado, agressivo, às vezes, sempre puro, - muito puro, - era o que nós chamávamos, lá em Ouro Preto, de “bonde”.

Cheguei até a fazer uma paródia da famosa canção “Sempre no Meu Coração” (Allways in My Heart), verdadeira coqueluche do ano de 1943, que eu intitulei de “Hino ao Bonde”. Chegamos até a ensaiar esta paródia para apresentá-la no Teatro dos Estudantes, nesse ano de 43. Porém, - imaginem só - fomos desaconselhados pelo Ziembinsky, o famoso Ziembinsky que, visitando Ouro Preto, tomou conhecimento de nossas idéias e, naquela jóia que é o Teatro Municipal, assumiu ares de pontífice, deu-nos vários conselhos e recomendações sobre o nosso teatrinho, as quais, felizmente, não foram aceitas. De qualquer forma o “Hino ao Bonde” foi cancelado do número de variedades que havíamos programado. Era assim a paródia:

“Conheci um estudante
que, com decisão brilhante,
disse: “Agora vou estudar
vou cedefar, para abafar.

Nunca mais eu saio à rua,
nem faço canções para Lua.
Nunca mais roubo galinha,
Agora vou entrar na linha.

Nunca mais pego no pinho,
nem tampouco bebo vinho,
eu vou ver crânio de aço,
porque sinão, eu não passo.
E o tal cara, meus amigos,
não caiu em tais perigos,
mas de ano não passou,
porque o ‘bonde’ não deixou”.

“Veia” Teresa ... Figura singular ... Suja,
mas de um coração limpo. Limpíssimo ...

Surpreendi-a, muitas vezes, sozinha, no
quintal, a urinar em pé. Descacava batatas e a

urina escorria pelas pernas e pela saia grossa, molhando-lhe os pés e deixando o chão umedecido. Eu dava um berro, a pobre velha se assustava.

Mas, eu era o “peixinho” da “véia” Teresa, durante todos os anos em que morei no Consulado, durante todo o meu curso, o chamado “Curso Geral”.

Com que carinho ela cuidou da minha catapora ... E sua indignação quando chegava de manhã e encontrava o sótão cheia de galinhas roubadas! ... Ela não me censurava quando eu me excedia. Me chamava de “pândego” ...

Ela era de Rio Acima; vez por outra, ia à sua terra. Uma vez, de lá, trouxe um sobrinho, escurinho e simpático, o Lacy, que ficou conosco na República, algum tempo.

Ainda me lembro da cozinha ... O chão de madeira, afundava com o peso do fogão. O fogão era extremamente negro e sujo, só queimava lenha de canela. Comprávamos os carregamentos de lenha a 4500 cada um, dos tropeiros que passavam à nossa porta. A lenha, jogada em nosso quintal, além de exalar o

aroma da canela, lembrava a textura ofítica dos diabásios, visto ao microscópio.

Durante uma das inúmeras crises financeiras porque passávamos todos os anos, em diferentes épocas - e sempre com muita frequência, chegamos a queimar as janelas e os postigos, de madeira-de-lei, maciça, das quais só restou uma ferragem de cerca de 200 anos ...

Na oportunidade de apôr mais um retrato na galeria dos ex-cônsules, pareceu-nos oportuno acrescentar algumas reminiscências do tempo da fundação do Consulado, que poderão integrar os “Escritos do Alcorão”, nossos registros oficiais da vida da República.

A idéia de fundar uma República nova foi arquitetada por um grupo de “paus de arara”, por volta de 1936, grupo constituído por Nabor Nóbrega, Paulo Aires, Edson Vinagre e Sílvio Guedes. O nome inicialmente escolhido fora “Consulado da Paraíba”.

Pensávamos em reunir os paraibanos que fossem chegando a Ouro Preto debaixo do mesmo teto, criando um prolongamento do Nordeste nesta acolhedora Minas Gerais.

A motivação um tanto indefinida talvez tivesse origem na sensação de solidão e espanto que nos assalta à chegada a Ouro Preto, terra de costumes e linguajar inteiramente diferentes dos nossos, a despeito da acolhida carinhosa que todos tivemos aqui. A ponte sentimental facilitaria a adaptação às novas condições ambientes.

O grupo inicial Nabor, Paulo Aires, Silvio e Edson já reunia boa dose de convivência, pois moravam juntos na pequena casinha ao lado do Teatro Municipal.

Busca daqui, busca dali, achou-se enfim uma chácara na Rua dos Paulistas, por trás do antigo Fórum, ponto aparente dos encontros amorosos do Didico da Ouropretana de Eletricidade com a Maria Rosa, uma espécie de Dona Beija de Ouro Preto...

A diminuição dos seus encantos com a idade, ou outro motivo de maior peso, forçou-a a criar outra fonte de renda, e talvez pela má fama do local, nossa proposta de aluguel foi aceita.

Se verdadeiro ou não o motivo alegado, o fato é que o chalé da Rua dos Paulistas

constituía na época a melhor instalação para uma República de estudantes, e na janela do sótão pendurávamos com muito orgulho a placa “Consulado da Paraíba”, que assim iniciou a sua vida republicana, lá pelos tantos de 1936.

Um pouco mais de prática na vida em comum e uma integração mais rápida nos hábitos alcoólicos da vida estudantil, por parte de dois do grupo, Nabor e Sílvio, provocou a cisão do grupo original, e Paulo Aires e o Edson foram substituídos pelo paranaense Eurico Rosas e os mineiros Cássio Damázio e Mário Álvares.

Nabor, Rosas, Sílvio, Cássio e Mário Alves formaram muito tempo um grupo homogêneo que tornou rapidamente conhecida a má fama da República, nas bebedeiras das festas de aniversário, nas incursões pelos galinheiros dos outros e constantes atritos com a autoridade constituída, o que motivou a detenção dos membros da República por várias vezes.

A gradual e definitiva incorporação de elementos provindos de outros Estados acabou por cancelar a conotação geográfica e a

República foi aos poucos se firmando como o “Consulado”.

Nenhuma República é verdadeiramente um lar de estudantes sem uma cozinheira, que representa o papel de governanta, de mãe e raríssimas vezes facilitava a vida de outros modos.

O “Consulado” teve a sua primeira e quase única cozinheira, a nossa inesquecível Teresa, a velha Teresa como carinhosamente a apelidamos; uma solteirona convicta no dizer da Consuelo Leandro, que ao tempo em que cuidava de nós com todo o carinho, impunha um respeito absoluto, e na sua frente poucos se atreviam a contar piadas ou estórias mais apimentadas.

Muitas e muitas vezes nós tivemos que interferir pessoalmente para trazer de volta a velha Teresa, ofendida nas suas virtudes por uma brincadeira mais livre durante as refeições.

Aos poucos os mais gaiatos aperceberam-se do pundonor superficial da boa Teresa e muito de propósito, para gozar-lhe a fúria vituosa, provocaram-na durante as refeições. O espetáculo da volta sob aplausos constituía

sempre verdadeira reconciliação entre namorados.

Aos poucos a velha Teresa foi aprendendo a tolerar as brincadeiras e já não se amofinava mais quando alguns propunham trocá-la por uma cozinheira mais jovem e mais bonita.

Um traço característico de sua personalidade foi sempre o de eleger um “peixinho”, o qual escolhia cuidadosamente entre as gerações que passavam pela República. Era ele o único e seguia sempre a tradição “rei morto, rei posto”. Ao concluir o eleito do curso da Escola, outro ocupava o seu lugar no reinado da velha. Nunca soubemos quais os critérios que presidiam às sucessivas escolhas da velha Teresa. Tivemos a sorte de ser o primeiro; Nabor nos sucedeu no reinado e outros tomaram os nossos lugares nas atenções especiais da boa Teresa. Para todos ela tinha um carinho, mas o seu protegido tinha sempre um pouco mais; e por mais que todos fizessem para tecer intrigas responsabilizando o protegido por tudo de mal que acontecia na República, havia sempre uma resposta pronta: ele não, não é capaz disso.

A menor doença de cada um de nós ensejava à velha Teresa a oportunidade que ela talvez muito quisesse de ter sido mãe de alguém; e de nós tratava como enfermeira e mãe, dentro das limitações financeiras e do desconforto que caracterizavam as Repúblicas daquela época.

Lembro-me do seu aspecto desolado quando ao entrar pela manhã para nos preparar o café, encontrava a República de pernas para o ar, como resultado daquelas bebedeiras memoráveis que muitas vezes surgiam sem uma motivação própria, na base de um estado de euforia ou de depressão de uns, a que outros se associavam sem maiores indagações.

No dia seguinte, com as cabeças cobertas por toalhas, nada mais podíamos fazer que curar a bebedeira tomando banho de sol no jardim, onde ficávamos quase a manhã toda, preguiçosamente a rememorar os episódios jocosos da farra da noite anterior.

Com que dificuldade descíamos as ladeiras pelo beco da Prefeitura, agarrados aos dois e aos três, aos trambolhões ladeira abaixo ou ladeira acima, naquele equilíbrio instável,

característico das libações alcoólicas. Não havia vizinhos para nos inspecionar e o espaço era nosso, para o vozerio sem limites.

Por volta do ano de 1938, por imposição de Maria Rosa, tivemos que deixar o casarão da Rua dos Paulistas, ou o chalé, como o chamávamos.

Da Rua dos Paulistas mudamo-nos provisoriamente para a Praça Tiradentes, numa casinha impressada, nos altos de uma barbearia e depois para as Lajes, onde nos instalamos defronte de uma pedreira de quartzito, abandonada, local também apropriado para uma república, e que nos proporcionou dias esplendorosos.

Ficaram famosos na vizinhança os nossos tiroteios produzidos pelo foguetório com que comemorávamos os exames finais, ou uma data qualquer que nos fosse mais querida.

Ali nas Lajes concluímos o nosso aprendizado na Escola e afastamo-nos da vida gostosa da república, onde vivíamos abertos, com a personalidade à mostra, sem as armaduras com que nos encouraçamos cá fora,

sem necessidade de defesa, porque ninguém concorria com ninguém.

Dali partimos para o mundo profissional, completamente diferente, onde cada movimento tem de ser estudado para que o solo não afunde com os nossos passos, neste mundo horroroso que a sociedade moderna nos criou e cujo refúgio e santuário é apenas a família.

Quando três anos após voltarmos a Ouro Preto, o “Consulado” estava onde está agora. Viemos assistir à formatura do Nabor e do Cássio, aqui encontrando o Meninão, Schimt, Rosas e Pará, e outros cujos nomes escapam à memória. Então, pareceu-me que o Pará era o candidato a “peixinho” da velha Teresa. Com que sofreguidão revimos a nossa querida Teresa, como ela nos abraçou tantas vezes, num êxtase de satisfação. Novamente reeditamos as mesmas proesas estudantis, “penosas”, bebedeiras, etc. e, com esta volta ao passado, encerramos definitivamente o ciclo estudantil.

Já havia então o Alcorão e aqui ficavam as nossas reminiscências. Outros cônsules produzirão mais crônicas da vida do

“Consulado”, complementando os “eventos” do Alcorão, mantendo vivas as gloriosas tradições da nossa República.

De tempos em tempos prometo aqui voltar para matar as saudades.

DEPOIMENTO SOBRE A REPÚBLICA CASTELO DOS NOBRES

Aloysio Sá Freire de Lima

Nasci na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Meu pai era “Engenheiro Residente” da Estrada de Ferro Central do Brasil (E.F.C.B.). Nasci em maio de 1925.

Matriculei-me no Curso Complementar da Escola de Minas em 10 de janeiro de 1941. Cursei o 1º ano, concluindo-o em outubro de 1941. O 2º ano decorreu de novembro de 1941 a agosto de 1942. Habilitado do concurso realizado em agosto de 1942. O ano letivo da Escola de Minas iniciava em agosto e fechava em junho do ano seguinte.

Em 1942, houve um decreto-federal uniformizando os períodos letivos em todos os cursos superiores. Dessa forma, o 1º ano só foi começar em março de 1943. Em fevereiro de 1943 houve novo concurso de habilitação, uma vez que das 50 vagas do 1º ano, somente 23 estavam preenchidas pelos aprovados em

setembro do ano anterior. E dois com um repetente. Nesse 2º vestibular passaram mais seis alunos. Assim, o 1º ano tinha trinta e um alunos matriculados.

Em 1941 morei na Pensão Lacerda (de D. Elisa Lacerda), que funcionava no prédio frontal à Igreja do Carmo. Em dezembro de 1941 meu pai – que era engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil foi designado Engenheiro Residente da IV8 sediada em Ouro Preto e mudou-se com a família para esta cidade.

Morávamos na casa da Central do Brasil, situada à Rua Diogo de Vasconcelos sem número. Essa coisa foi posteriormente vendida e hoje é a sede da Reitoria da UFOP.

Em 1946 meu pai foi promovido para a chefia da via permanente da Divisão de Minas, com sede em Belo Horizonte. E mudou-se para Ouro Preto.

Assim fui morar na República Castelo dos Nobres, em agosto de 1946, quando cursava o 4º ano da Escola de Minas. Aí morei em 1946 e 1947.

Inicialmente compartilhei o quarto com o José Alvim, que era um quarto grande no último andar.

Ao final de 1946 formaram-se em Farmácia o Geraldo Cardoso Teixeira (Gê) e o José Paulo, vagando dois quartos. Ocupei o do Ge no último andar. A casa era alugada e estava sob responsabilidade do José Alvim. O proprietário pediu a desocupação do imóvel que vendera para o Dr. Moacyr Amaral Lisboa. Mudamos para a casa situada à Rua Felipe dos Santos, número 1, próxima da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.

Aí morei um ano, em 1948. formamos em 17 de dezembro de 1948 Aloysio Sá Freire de Lima, Evandro Caetano de Lima e José Campos Machado Alvim. Deixei a República em 20 de dezembro de 1948.

O José Alvim desde abril ou maio de 1948 mudara para o Saramenha. Fora convidado para integrar o quadro de engenheiros da então Eletro Química Brasileira S.A. Foi trabalhar na Divisão de Ferro-Ligas.

Esta, em 1952, foi entregue em pagamento de dívida ao Banco do Brasil, que a passou aos canadenses.

Como estudante participei como Secretário da Diretoria do Centro Acadêmico sob a Presidência de Antônio Castanheira Netto, que era muito distinto e aplicado colega de turma que, por razões de dificuldades financeiras, transferiu-se para São Paulo, sua cidade natal e onde residia sua família. Fui também representante de turma no Diretório Acadêmico.

A vida na República era tranqüila, sem inimizades e todos eram bem estudiosos. A alimentação era preparada por um cozinheiro, o Zé Fumaça, que era um indivíduo humilde, discreto e respeitoso. Chegava antes das 7 horas e saía depois das oito. Não me recordo sua remuneração. Penso que era caso único, pois as outras Repúblicas tinham cozinheiras.

O Castelo era na casa situada à Rua Camilo de Brito 2, vizinha da Pureza (Rua Camilo de Brito, 4).

Cheguei à República Castelo dos Nobres no mês de agosto de 1946. Morei com José

Campos Machado Alvim, Evandro Caetano de Lima, Geraldo Cardoso Teixeira, José Paulo de Barros, Pedro Silva, Guanahyro Antunes Aguiar, Ladislau Borges Campos, Napoleão Goretti, Dirceu Cesar Leite e Paulo Cabral.

Em 1946 houve uma reforma na seriação de materiais visando a possibilitar a graduação de engenheiro de minas e metalurgista ao aluno que concluísse o 5º ano. E engenheiro civil ao concluir o 6º ano. Assim, minha turma foi a última cujo diploma era “Engenheiro de Minas e Civil”. A turma de 1949 teve o seguinte título: “Engenheiros de Minas, Metalurgia e Civil”.

SOBRE A HISTÓRIA DA CANAAN

Rubens (Rubão)²³

Cheguei para a república Canaan, aos 17 anos, 1º da então ENMMUB, em ago 53. Para entrar para a República fui submetido a um teste - Tomar um copo liso de cachaça, sem “tira-gosto”, pela noite, e no dia seguinte levantar cedo, tomar banho frio e ir para as aulas... Foi difícil, pois até aquela idade não havia feito uso de álcool, estudava interno em Colégio Salesiano, em Campinas, e depois no Colégio Arnaldo, Belo Horizonte, estando mais para menino religioso, tímido, estudioso, que para adepto do golo.

Naquele dia, os mentores do teste, Renato, Flávio, Ananias, disseram-me que depois de um golo forte, o melhor era fazer uma caminhada, não ficar parado, pois o “fogo” viria, sem dó, provocando dor de cabeça e seguidos “jucás” - foi aí que conheci o grande

²³ Depoimento incluído no Dossiê da República Canaan encaminhado à UFOP, em 2008.

companheiro de todos nós o “Juca”. Saí andando com o amigo e companheiro de Pensão Maia, o Alípio Valle, Araxense, que era amigo de alguns Canaenses oriundos do triângulo mineiro, mais especificamente, Araxá - Camarão, Jojó, Ananias - Uberaba, Renato-Uberlândia, Júlio, este último de saída abrindo a vaga, e os dois restantes sendo os goianos Flávio Vitor e Mario Nadir. A caminhada que empreendi teve seu início na Praça Tiradentes, Boteco do Zinho, embaixo da Pensão do Liberato, depois Pilão e hoje ruínas, no sentido Lages, e terminou pela manhã quando estava quase chegando em Mariana. Voltei rápido, banho frio, aula. Estava eu aprovado e, portanto, habilitado a ser um Canaense. Foi para mim uma glória, uma grande conquista, tão importante como passar no vestibular. Para melhorar, logo em seguida, vieram Mozart e o Sawaya, e posteriormente o Edinaldo, colegas de turma para completar uma família unida, da qual jamais esqueceremos.

A sala da Canaan, tal como hoje, abrigava uma pesada e longa mesa, com dois grandes bancos, onde diariamente, juntos, tomávamos

café, almoçávamos, jantávamos e por que não contar, antes do jantar tomávamos um bom aperitivo, em copinhos graduados, trazidos da Escola de Farmácia, por Jojó e Ananias, que lá estudavam. Tudo medido... Após o jantar, também juntos íamos para o cinema do Dodô, sendo que aquele que chegasse primeiro guardava lugar para os demais que estavam vindo...

O curso Geral, Minas, Civil, Metalurgia e Geologia era feito em 06 anos e no início, a viagem Belo Horizonte - Ouro Preto, era feita em 05 horas de ônibus, passando por estradas de terra ou opcionalmente, por trem, 06 horas, com direito a uma baldeação em Miguel Burnier.

No meu tempo, a maioria dos Canaenses privilegiava os estudos, mas também havia tempo para o esporte e lazer. Particularmente, a nossa versatilidade era tal que cheguei a escrever uma peça de teatro, "Buteco de Chá do Luar de Outubro", levada em cena em 09, 10 e 11/10/57, no Teatro Municipal de Ouro Preto. O curioso é que trabalhei durante 06 anos no teatro, a maioria dos papéis como donzela,

porém sem qualquer perigo... Jogávamos futebol de campo, basquete, vôlei, xadrez e “carteado” – poker, bridge, buraco. Eventualmente, bebíamos algo...

Hoje, muitos anos são passados, depois de cumprirem sua missão nesta vida terrena, alguns destes saudosos colegas se foram, como o Marinho, o Renato, o Flávio Vitor, o Camarão, o Mozart, e o tempo vai deixando marcas de sua passagem em outros, na aparência, na memória que para mim já não responde com a presteza de outrora – jogava xadrez às cegas contra 02/03 tabuleiros – mas as lembranças do coração permanecem vivas, claras, como se tudo passasse hoje, pois elas nos são mais fiéis. Isto ocorre comigo, ao procurar recordar os colegas do tempo de minha vida em Ouro Preto.

Nestes 45 anos desde nossa formatura, encontrei-me com alguns colegas em várias oportunidades, porém muitas vezes com outros. Uma coisa é certa, quando penso nessa época, nas pessoas, nos colegas, nas moças nativas – casei-me com uma – e nas turistas que aqui chegavam para prestigiar as nossas festas,

nossos encontros, vem-me a memória aqueles momentos de inesquecível felicidade, naquele cenário barroco, cercado por belas serras, com a presença marcante do Itacolomy e Morro do Cachorro. Não tínhamos preocupações maiores que a de estudar, não havia violência... Aquele foi certamente um mundo ótimo e que não existe mais. Não sei se isto é bom ou não, mas vejo a todos nesta perspectiva de 45 anos, quando éramos jovens de 20 - 30 anos.

No presente, vejo uma família de Canaenses com os mesmos princípios de outrora, me trazendo novas lembranças, novos estímulos, como Ki-susto, Salsicha, Fester, Falamansa, Neném, Outros, a cumadre Doca. A todos estes, o meu fraternal abraço, com a esperança de que novos bons tempos virão, como o que agora estamos vivendo.

Não devemos deixar de ressaltar a presença sempre marcante do José Vandir, Maraca, Schettino, Monsenhor, José Ronaldo, Edmilson, Aniceto, José Adriano, adotado como Canaense, os quais sempre que possível estão prestigiando os encontros aqui realizados.

Devemos agradecer de coração a presença de amigos e, principalmente amiguinhas que aqui vêm para alegrar o nosso ambiente, dando uns toques femininos, especiais, às nossas reuniões...

Neste momento de confraternização, lembramo-nos das sábias palavras do filósofo Cysne, “o álcool queima neurônios mais fracos, aumentando a concentração de neurônios bons, portanto devemos beber para agilizar nosso cérebro...”

Devemos lembrar ainda o corolário do famoso “Teorema de Laudelino” sobre causa e efeito, aplicado às estatísticas dos acidentes nas estradas, segunda as quais 30% dos acidentes são causados pelo álcool. O corolário diz, vamos beber álcool, pois 70% dos acidentes são causados pelos tomadores de águas e sucos...

Vimos que no meu caso, tudo começou com a chegada tímida a Ouro Preto para estudar e que este início, muito triste – deixara a casa de meus pais em Belo Horizonte – para mim acabou se transformando nos melhores anos de minha vida, quando então já Canaense. Tenham a certeza que nós Canaenses estaremos

sempre unidos pelos elos ingentes e fortíssimos desta divina amizade, e que estas amarras se perpetuarão pelo porvir afora, com as luzernas da felicidade sempre nos iluminando.

Despeço-me com os meus elogios ao auditório, super comportado, silencioso, em profunda meditação, apesar da tortura auditiva a que foi submetido. Obrigado. Rubens.

A REPÚBLICA TOKA E SUA ORIGEM²⁴

Beatrys Soares Cabral Pavani

Sou natural da cidade de Governador Valadares-MG. Maio de 1974. Fiz o curso de Farmácia e Bioquímica na UFOP.

A República era administrada pelas moradoras. A cada mês duas moradoras eram responsáveis pela caixinha para pagar as contas de aluguel, fazer compras para casa etc.

Como uma das fundadoras da república, éramos sete. As outras meninas estudavam Farmácia e eu ainda estava no ensino médio e fazendo cursinho.

Quando as minhas colegas de República formaram em 1978, fiquei sozinha e tive que arrumar mais seis meninas para dividir o aluguel. Por isso na minha época não teve essa batalha de vaga.

²⁴ Depoimento incluído no Dossiê da República Toka encaminhado à UFOP.

Compramos um fogão, televisão e móveis da sala.

As tarefas da casa eram divididas entre cada uma.

A batalha por vaga é benéfica para que haja um entrosamento para a casa ficar em harmonia. Você tem que passar por um período de adaptações, conhecer as moradoras, as regras da casa, enfim uma convivência harmoniosa.

Na época do vestibular alugávamos os quartos para arrecadar fundos para melhoria da casa.

Só quem estudou em Ouro Preto e morou em uma república sabe da amizade e carinho que as atuais moradoras tem com as ex-alunas. Isso é fantástico. Só quem viveu e estudou na UFOP sabe o que estou falando.

Minha passagem por Ouro Preto-República foi indescritível. Conheci famílias de Ouro Preto que até hoje tenho um laço de amizade muito forte, que me acolheram com muito carinho. Seus filhos freqüentam a República. Minha passagem pela República foi

única. Momentos de alegria, independência, amizade e aprendizado.